

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	316	288	21.604	25.315	Debêntures privadas	12	-	-	52.825	43.914
Aplicações financeiras	6	400.102	428.806	450.219	457.536	Contas a pagar por aquisição	15	36.147	17.459	36.147	17.459
Contas a receber	8	-	21	22.241	22.041	Arrendamento mercantil	13	256	248	1.310	1.161
Estoques		-	-	5.014	5.789	Fornecedores		156	332	8.460	13.186
Impostos a recuperar		9.479	6.349	10.273	11.689	Obrigações sociais		1.991	2.153	8.300	8.737
Partes relacionadas	14	1.924	1.628	212	212	Obrigações fiscais		2.810	2.899	20.083	13.537
Dividendos a receber	14	29.620	10.721	-	-	Partes relacionadas	14	953	698	1.449	1.578
Outros créditos		1.971	19	5.402	2.352	Dividendos a pagar	14	32.068	15.300	32.405	19.185
Total do ativo circulante		443.412	447.832	514.965	524.934	Outras obrigações		166	-	843	993
Não circulante						Total do passivo circulante					
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Fundo restrito	7	-	-	22.176	17.751	Debêntures privadas	12	-	-	254.490	299.128
Partes relacionadas	14	-	14.008	-	14.008	Contas a pagar por aquisição	15	34.308	49.131	34.308	49.131
Impostos a recuperar		-	-	4.313	-	Arrendamento mercantil	13	87	343	8.026	8.914
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	-	-	2.218	2.360	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	124.813	129.360	253.974	247.661
Depósitos judiciais		-	-	1.083	1.187	Provisão para ações judiciais	16	-	-	8.079	18.115
Outros créditos		6	23	6	174	Total do passivo não circulante		159.208	178.834	558.877	622.949
Investimentos em controladas e coligadas	9	747.516	717.322	21.773	35.480	Total do passivo		233.755	217.923	720.699	742.699
Ativo de contrato		-	-	1.100	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	10	455	651	427.062	429.716	Capital social	17	909.360	909.360	909.360	909.360
Intangível	11	324	567	879.990	904.899	Reserva de lucros		48.598	53.120	48.598	53.120
Total do ativo não circulante		748.301	732.571	1.359.721	1.370.095	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		957.958	962.480	957.958	962.480
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	196.029	189.850
Total do ativo		1.191.713	1.180.403	1.874.686	1.895.029	Total do patrimônio líquido		957.958	962.480	1.153.987	1.152.330
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.191.713	1.180.403	1.874.686	1.895.029
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado			
Saldos em 1º/01/2023		909.360	6.398	2.742	-	918.500	177.234	1.095.734			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	61.981	61.981	14.277	76.258			
Dividendos intermediários	17.4	-	-	-	-	-	-	(1.661)			
Juros sobre o capital próprio (jscp)	17.4	-	-	-	(18.001)	(18.001)	-	-			
Complemento de reserva legal	17.2	-	3.099	-	(3.099)	-	-	-			
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	-	-	40.881	(40.881)	-	-	-			
Saldos em 31/12/2023		909.360	9.497	43.623	-	962.480	189.850	1.152.330			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	69.952	69.952	15.977	85.929			
Dividendos intermediários		-	-	-	(40.360)	(40.360)	(10.368)	(50.728)			
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	17.4	-	-	-	(17.501)	(17.501)	-	(17.501)			
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	(16.613)	(16.613)	-	(16.613)			
Complemento de reserva legal	17.2	-	3.498	-	(3.498)	-	-	-			
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	-	-	-	(8.020)	8.020	-	-			
Aquisição de participação não controladora	17.5	-	-	-	-	-	570	570			
Saldos em 31/12/2024		909.360	12.995	35.603	-	957.958	196.029	1.153.987			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS											
	Nota	Controladora	Consolidado								
Receita líquida	18	58	62	261.079	249.290	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(89.264)	(85.472)	Lucro líquido do exercício	69.952	61.981	85.929	76.258	
Lucro bruto		58	62	171.815	163.818	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Receitas e despesas operacionais						Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	(4.547)	(7.171)	6.455	(4.369)
Gerais e administrativas	19	(25.497)	(25.095)	(56.878)	(71.881)	Depreciação de imobilizado	10	213	209	22.234	20.717
Resultado de equivalência patrimonial	9	57.726	45.307	1.173	393	Amortização de intangível	11	243	243	20.915	20.899
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		32.229	20.212	(55.433)	(71.488)	Depreciação e amortização da mais-valia	11	16.899	16.899	4.053	4.053
Lucro operacional antes do resultado financeiro		32.287	20.274	116.382	92.330	Juros sobre debêntures	12	-	-	35.377	42.923
Resultado financeiro						Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a receber	14	(1.291)	(1.628)	(1.291)	(1.628)
Receitas financeiras	20	40.387	51.214	48.562	58.611	Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a pagar	14	-	-	-	580
Despesas financeiras	20	(4.844)	(11.483)	(41.935)	(56.597)	Baixas do ativo imobilizado	10	1	-	29	9
Lucro operacional antes dos impostos		35.543	39.731	6.627	2.014	Resultado da equivalência patrimonial	9	(57.726)	(45.307)	(1.173)	-
Imposto de renda e contribuição social		67.830	60.005	123.009	94.344	Provisão para perda de crédito esperada	8	-	-	-	466
Correntes	21.1.	(2.425)	(5.195)	(30.625)	(22.455)	Amortização do ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	13	5	7	660	711
Diferidos	21.1	4.547	1.717	(6.455)	4.369	Apropriação dos custos de transação de debêntures	12	-	-	442	442
Lucro líquido do exercício		69.952	61.981	85.929	76.258	Atualização monetária e ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	15	3.865	10.680	3.865	10.680
Atribuído a						Provisão (reversão) de ações judiciais	16	-	-	(10.036)	11.439
Participação dos acionistas da controladora				69.952	61.981	Variação nos ativos operacionais:	27.614	35.913	167.459	183.180	
Participação dos acionistas não controladores				15.977	14.277	Contas a receber	8	21	(8)	(200)	(599)
				85.929	76.258	Estoques		-	-	775	(122)
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES											
		Controladora	Consolidado								
Lucro líquido do exercício		69.952	61.981	85.929	76.258	Impostos a recuperar		(3.130)	(2.324)	(2.897)	(2.285)
Total do resultado abrangente do exercício		69.952	61.981	85.929	76.258	Partes relacionadas	14	(296)	(817)	-	(198)
Atribuído à						Depósitos judiciais		-	-	104	(797)
Participação dos acionistas da controladora				69.952	61.981	Outros créditos		(1.935)	28	(2.882)	(596)
Participação dos acionistas não controladores				15.977	14.277	Variação nos passivos operacionais:					
				85.929	76.258	Fornecedores		(176)	193	(4.726)	2.281
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											
1. Contexto operacional: A GS Inima Industrial S.A. ("Companhia") foi constituída em 17/08/2018, está localizada na cidade de São Paulo/SP e tem como objeto investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em Operações Industriais - terceirização de Centrais de Utilidades e fornecimento de água industrial, através de suas controladas. Em 22/04/2024, o consorcio formado entre a controlada GS Inima Industrial S.A. e a Tubonews Construção e Montagem Ltda. constitui a nova empresa do grupo, denominada Águas de Reuso Vitória S.A. ("Reuso Vitória"), onde a controlada GS Industrial possui 90% de participação. A Reuso Vitória possui como objeto específico e exclusivo o cumprimento do Contrato de Subconcessão da Prestação dos Serviços Públicos de Tratamento de Efluentes Sanitários da Bacia de Camburi e de Fornecimento de Água não potável na modalidade de Reuso para Utilização Industrial, mediante projeto, construção e manutenção de Estação de Produção de Água de Reuso EPAR, Estação Elevatória de Reversão, Linhas de Recalque e Destinação Final de Efluentes Salinos, em local disponibilizado pela Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN. O Contrato de concessão, assinado em junho/2024, pela Reuso Vitória e a Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN, a concessão tem prazo de 30 anos. Em 25/06/2024, a controlada GS Industrial celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a PB Construções S.A., no montante de R\$20.600, para a aquisição de 30% das quotas do capital social da Utilitas Pecém - Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A. ("Utilitas"). A Utilitas possui como objeto a realização de atividades de projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de água industrial, coleta e tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais localizadas no Complexo Industrial Portuário do Pecém ("CIPP"), no Estado do Ceará. Esta operação foi considerada uma aquisição sem controle, ou seja, não conferiu à Companhia o poder sobre as decisões financeiras e operacionais da Utilitas. Portanto, de acordo com o CPC 15 (Combinação de Negócios), a transação não é considerada uma "combinação de negócios". O total da transação foi de R\$20.600, sendo que o montante de R\$9.574 foi considerado como imobilizados/intangíveis identificados, R\$2.680 foi considerado como custo, e a diferença entre o valor da aquisição e o patrimônio líquido da Empresa, no valor de R\$8.346, foi considerado como ativo de contrato. A Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima ("Grupo"), tendo como controladora direta no Brasil a GS Inima Brasil Ltda., e controladora indireta a GS Inima Environment S.A.U, sediada na Espanha, a qual é controlada da GS Engineering & Construction Corporation, sediada na Coreia do Sul. Abaixo está descrito um breve histórico das empresas que integram o Grupo, as quais a Companhia possui participação:											
Controladas	Controle	Data de constituição	Data assinatura contrato	Objeto	Modelo do contrato	Prazo do contrato	Principal cliente				
GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba")	Direto	29/01/2008	-	Projeto, construção e operação de plantas para tratamento de água, efluentes, resíduos e fornecimento de energia elétrica.	DBOT (Design, Build, Operate and Transfer)	Encerrado em 2021	-				
Aquapolo Ambiental S.A. ("Aquapolo")	Direto	08/10/2009	30/09/2009	Produzir, fornecer e comercializar água de reuso para a Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A. ("Braskem"), além das demais companhias integrantes do pólo Petroquímico de Capuava no Município de Mauá – São Paulo	DBOO (Design, Build, Own and Operate)	44 anos	Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A.				
GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Triunfo")	Direto	09/03/2010	31/12/2013	Produção e venda de águas industriais utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e disponibiliza água de incêndio para essas mesmas empresas	AOO (Acquisition, Operation and Owner)	40 anos	Braskem S.A.				
Águas de Reuso Vitória S.A. ("Reuso Vitoria")	Direto	22/04/2024	11/06/2024	Subconcessão dos serviços públicos de tratamento de efluentes sanitários e de fornecimento de água de reuso para utilização Industrial da Bacia de Camburi em Camburi/ES.	Subconcessão de tratamento de Efluentes e DBOO (Design, Build, Own and Operate)	30 anos	Arcellor Mittal	Fatos relevantes na combinação de negócios - operação descontinuada na controlada Jeceaba: A GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba"), controlada da Companhia, possuía um contrato de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica com a usina siderúrgica Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. ("VSB"). Em 23/04/2021, a VSB exerceu seu direito de rescindir motivadamente o contrato com a Jeceaba (contrato do tipo DBOT - 522457) nos termos da cláusula 64 do instrumento contratual, informando que notificaria a Jeceaba sobre sua decisão de exercer a Opção de Compra da totalidade das ações representativas do capital social, descrita na cláusula 65, ou de adquirir os ativos, na forma da cláusula 55 do contrato. Em 10/09/2021, a VSB notificou a Jeceaba de sua decisão em adquirir os ativos. O montante da operação foi de R\$493.945, referente à compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba, com a consequente extinção do contrato entre as partes. Durante os exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023, a Jeceaba não iniciou nenhuma nova operação e a sua Administração está avaliando os possíveis negócios futuros e, portanto, considera deixar a Jeceaba ativa e em busca de novos contratos para a execução de projetos, em linha com a estratégia de seu acionista controlador, para o desenvolvimento e expansão de negócios no segmento de utilidades industriais. Dessa			
Controladas	Controle	Data de constituição	Data assinatura contrato	Objeto	Modelo do contrato	Prazo do contrato	Principal cliente				
Utilitas Pecém - Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A. ("Utilitas")	30%	08/01/2014	03/10/2019	Produzir, fornecer e comercializar água de reuso para as empresas do Complexo Industrial Portuário do Pecém no Município de São Gonçalo do Amarante – Ceará	DBOO (Design, Build, Own and Operate)	10 anos	ArcelorMittal e Crusoe Foods.				
continuação ➡											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ➡

forma, a Jeceaba permanecerá ativa em busca de novos negócios de construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos aos futuros clientes.

2. Políticas contábeis materiais:

2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração do Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração do Grupo em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração para emissão em 28/03/2025.

2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31/12/2024. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direitos a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida e, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obter controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas e coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Empresas controladas:

		31/12/2024 e 31/12/2023	
Empresas	Estado	Quantidade de ações	Participação (%)
GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba")	Minas Gerais	118.815.450	84,50%
Aquapolo Ambiental S.A. ("Aquapolo")	São Paulo	21.633.713	51,00%
GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Triunfo")	Rio Grande do Sul	114.224.101	100,00%
Águas de Reuso Vitória S.A. ("Reuso Vitória")	Espírito Santo	21.600.000	90,00%

Empresa coligada:

		31/12/2024 e 31/12/2023	
Empresas	Estado	Quantidade de ações	Participação (%)
Utilitas Pecém – Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A. ("Utilitas")	Ceará	450.000	30,00%

2.3. Combinação de negócios: Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificações e alocações de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Classificação corrente versus não corrente: O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial individual e consolidado com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

 - Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo;
 - Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
 - Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
 - É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
 - Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional do Grupo;
 - Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
 - Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
 - O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5. Mensuração do valor justo: O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

 - Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
 - Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
 - Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros do Grupo são considerados de nível 2.

2.6. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.6.1. Ativos financeiros: a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos a receber com partes relacionadas (mutuos) e outros créditos. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. O Grupo não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. O Grupo não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros do Grupo ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito e as aplicações financeiras.

c) **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ou
- O Grupo transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferir, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) o Grupo nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reter os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir e nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferir o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pelo Grupo.

• O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: i) o valor do ativo; e ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

d) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas e externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

2.6.2. Passivos financeiros: a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Está a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, debêntures privadas e outras obrigações contraídas e concedidas sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem debêntures privadas, contas a pagar por aquisição, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações.

c) **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no

balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.8. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos.

2.9. Fundo restrito: Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de debêntures privadas, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

2.10. Contas a receber: As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados de produção, fornecimento e comercialização de água de reúso para clientes privados. A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias.

2.11. Estoques: Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

2.12. Investimento em controladas e coligada: Controladas: As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2.2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Coligada: O Grupo detém participação em uma coligada, a Utilitas. As demonstrações financeiras da Utilitas são preparadas para o mesmo período de relatório do Grupo. As políticas contábeis de ambas as empresas estão alinhadas com as do Grupo. Portanto, nenhum ajuste é feito ao medir e reconhecer a participação do Grupo no lucro ou prejuízo da entidade investida após a data de aquisição. Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A consideração feita na apuração da influência significativa é similar àquela utilizada para determinar o controle sobre subsidiárias. O investimento do Grupo em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. Portanto, reversões de desvalorizações podem incluir efetivamente a reversão de desvalorizações de ágio. As desvalorizações e reversões são apresentadas em conjunto com a "equivalência patrimonial" na demonstração do resultado do exercício. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais da coligada. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada. A soma da participação do Grupo nos resultados de uma coligada apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada. As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo.

2.13. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão. Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado são os seguintes:

Classes do ativo imobilizado

	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Máquinas e equipamentos	2 a 13 anos	5 a 30 anos	5 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos	2 a 10 anos	5 a 10 anos
Instalações	-	5 a 40 anos	20 a 35 anos
Ferramentas	-	5 a 30 anos	5 a 10 anos
Veículos	-	4 anos	-
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações e benfeitorias	-	5 a 40 anos	-
Redes e tubulações	-	44 anos	40 anos
Direito de uso de arrendamento	-	2 anos	5 a 20 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado. Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerará benefícios econômicos futuros para o Grupo. O Grupo reconhece imobilizado em andamento enquanto o ativo não está finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como imobilizado por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que está pronto para iniciar a sua amortização.

2.14. Intangível: Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo intangível são os seguintes:

Classes do ativo intangível

	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Direito da carteira de clientes	-	-	40 anos
Mais-valia do intangível de contrato	-	-	40 anos
Direito de uso de servidão de passagem	-	30 anos	-
Direito de uso de arrendamento	2 a 5 anos	-	-
Software	-	5 a 10 anos	5 a 10 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são

continuação ➡

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ➡

testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo [a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo] é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC"). **2.16. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil. O Grupo avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. **2.17. Custo das debêntures privadas:** Os custos das debêntures privadas atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.18. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.19. Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.20. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas com a subvenção e de que a subvenção será recebida, conforme orientação do Pronunciamento Contábil CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamental. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS no estado do Rio Grande do Sul conforme Decreto Nº 37.699, de 26/08/1997 onde difere-se o ICMS em 100% das operações de venda de água. Tal incentivo são considerados subvenções para investimento nos termos da Lei Complementar nº 160/2017, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de incentivos fiscais. Os recursos relativos aos incentivos não são distribuídos como dividendos. A Administração, com o suporte de seus assessores jurídicos, realizou uma análise aprofundada e chegou à conclusão de que a Companhia pode ser alvo de fiscalização. Este processo envolveu uma revisão detalhada dos procedimentos adotados, políticas e regulamentos aplicáveis, levando em consideração as normativas vigentes e as possíveis implicações legais. Mais detalhes, vide nota de contingência Nota 16. **2.21. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.22. Transações em moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo for determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. Para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira. **2.23. Tributos: Lucro real:** O Grupo é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, as entidades beneficiadas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.24. Receitas:** A receita compreende o valor

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar representam receitas incorridas, cujo fornecimento de água de reuso foi efetuado, entretanto o faturamento ocorrerá no mês subsequente. Os direitos a faturar são reconhecidos em contrapartida aos valores a faturar em contas a receber. Os tipos de receitas do Grupo estão descritos abaixo: **Receitas de comercialização de água de reuso:** As receitas de comercialização compreendem o valor justo da venda de águas de reuso no curso normal das atividades do Grupo e são reconhecidas à medida que os fornecimentos de água de reuso são efetuados. **Receitas de serviços:** As receitas de serviços compreendem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados. **2.25. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.26. Benefícios a empregados:** O Grupo concede os seguintes benefícios: **Participação nos lucros e resultados:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros e resultados tem como base os resultados alcançados por cada empresa do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **Outros benefícios pós emprego:** Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para o Grupo. O direito a esses benefícios é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo. **Obrigações de aposentadoria:** Algumas empresas do Grupo disponibilizam um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Essa entidade fechada de Previdência Complementar é uma entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **2.27. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2024:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores:** As alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **2.28. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 01/01/2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 01/01/2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 01/01/2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 3.1. Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Análise dos contratos de arrendamento:** O Grupo analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Nessa análise, o Grupo utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração do Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razo-

velmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **Valor justo de ativos e passivos oriundos da combinação de negócios:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations, o Grupo deve alocar o valor dos ativos adquiridos, das contingências e passivos assumidos com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. A Administração do Grupo exerce julgamentos significativos na mensuração de ativos tangíveis, na identificação e mensuração de ativos intangíveis, na identificação e mensuração de riscos e contingências, na mensuração de outros ativos adquiridos e passivos assumidos e na determinação de suas vidas úteis remanescentes. O uso das estimativas utilizadas para as mensurações e avaliações de risco podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O Grupo contrata empresas especializadas para apoiá-lo nessas atividades. Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, o Grupo estaria exposto a perdas que podem ser materiais. **Avaliação do modelo de negócios:** A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de "apenas pagamentos de principal e juros" e do teste do modelo de negócios. O Grupo determina o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos do ativo financeiro são gerenciados em conjunto para atingir um objeto de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflète todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados. O Grupo monitora os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua do Grupo sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos. Não foi necessária nenhuma mudança durante os períodos apresentados. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber estão divulgada na Nota 8. **Tributos diferidos:** O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de prejuízos fiscais acumulados, provisão para perda de crédito esperada, ajuste a valor presente e atualização monetária do arrendamento mercantil, despesas pré-operacionais, provisão da participação nos lucros e resultados, provisão de notas fiscais e provisão para ações judiciais. O diferido passivo é sobre diferenças temporárias de RTT, atualização dos custos de transação, diferença entre depreciação fiscal e societária e encargos financeiros. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O Grupo espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão. **Benefícios de aposentadoria:** O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos que são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. **Reconhecimento da receita não faturada:** O Grupo registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **Provisão e passivos contingentes:** O Grupo reconhece a provisão para ações judiciais relacionada a causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de riscos: 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros: Os principais ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo restrito, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos a receber de partes relacionadas (mútuos) e outros créditos. Os principais passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se à debêntures privadas, contas a pagar por aquisição, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. A Administração do Grupo afirma que as atividades do Grupo em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo. O Grupo não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração do Grupo estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável ao Grupo é o risco de taxa de juros e o risco de câmbio. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração do Grupo adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. **Risco de taxa de juros:** Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a

continuação ➡

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação ➡									
GS Inima Industrial S.A. e suas controladas									
sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representadas por cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de ações da Aquapolo. Nesse contrato de debêntures privadas, há cláusula restritiva denominada "covenants" e garantias, relativas ao nível de endividamento da Aquapolo e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. Em relação às garantias, a Aquapolo também celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Aquapolo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento ("Escritura"): Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: i) do contrato de fornecimento; ii) do contrato de EPC (Engineering Procurement and Construction), firmado entre a Aquapolo e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; iii) do contrato de venda de água e rateio de despesas; iv) dos depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Aquapolo; v) dos investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; e vi) das apólices de seguros, das quais a Aquapolo é beneficiária. Alienação Fiduciária de Ações: A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos de: i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial Ltda.; ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais. Em relação à cláusula restritiva ("covenants"), a Aquapolo assumiu o seguinte compromisso de caráter econômico-financeiro constante no contrato: Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Divida - ICSD igual ou superior a 1,2, sendo que a metodologia de cálculo a ser utilizada para o ICSD deve ser: ICSD = Geração de Caixa (LAJIDA - EBITDA)/Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures. Em 31/12/2024 e de 2023, a Aquapolo cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato. b) Triunfo: Em 15/05/2014, a Triunfo emitiu, junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., 22.000 debêntures, não conversíveis em ações, sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representadas por cessão fiduciária, conforme condições definidas no contrato de cessão fiduciária de direitos. Nesse contrato de debêntures privadas, há cláusula restritiva denominada "covenants" e garantias, relativas ao nível de endividamento da Triunfo e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o início da vigência do contrato. Em relação às garantias, a Triunfo também celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Triunfo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Escritura"): Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: Cessão fiduciária de: i) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Triunfo, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Triunfo e a Braskem S.A. em 31/12/2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Triunfo à Braskem S.A. durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidos em contrato até a liquidação integral das obrigações garantidas e devidos a Triunfo pela Braskem S.A. e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e ii) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Triunfo, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Triunfo e o Agente Fiduciário. Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações: Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Triunfo, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a até então denominada BRK Operações Industriais, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Triunfo. Em relação à cláusula restritiva ("covenants"), a Triunfo assumiu o seguinte compromisso de caráter econômico-financeiro constante no contrato: • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Divida - ICSD igual ou superior a 1,15, sendo que a metodologia de cálculo a ser utilizada para o ICSD deve ser: ICSD = Geração de Caixa da Atividade (LAJIDA - EBITDA) / Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures. • A Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou inferior a 3,0. Em 31/12/2024 e de 2023, a Triunfo cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato. A movimentação das debêntures privadas está demonstrada abaixo:									
Saldo inicial Juros incorridos no exercício Recebimento de principal Juros e encargos recebidos									
O Grupo concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo consolidado de PLR a pagar em 31/12/2024 é de R\$3.727 (R\$4.203 em 31/12/2023). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR: Participantes: Os participantes nos resultados do Grupo são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado. Valores: Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos. 15. Contas a pagar por aquisição: As contas a pagar por aquisição referem-se às parcelas a vencer da aquisição das controladas, em 2019 e está assim composto:									
Saldo inicial Ajuste a valor presente (AVP) Atualização monetária Passivo circulante Passivo não circulante									
O Cronograma de vencimento dessa obrigação está demonstrado abaixo:									
2025 2026 2027									
16. Provisão para ações judiciais:									
Contingências trabalhistas e previdenciárias Contingências fiscais (i)									
(i) Perdas provável constituída no balanço. No exercício findo em 31/12/2023, a Companhia reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com respaldo na Lei Complementar 160/2017, classificando os incentivos fiscais como subvenções para investimentos, conforme nota 2.16. Durante o período, foram contabilizados R\$24.586, provenientes de benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS. Esse montante foi excluído da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), gerando uma redução tributária de R\$8.359. Adicionalmente, o contexto fiscal da Companhia, em 2023, foi marcado por fiscalizações conduzidas pela Receita Federal do Brasil, com foco na apuração do IRPJ e da CSLL, em função do julgamento do Tema 1.182 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Este julgamento resultou em notificações a contribuintes sobre possíveis exclusões indevidas de subvenções das bases tributárias. Em resposta, a Medida Provisória 1.185/2023, convertida na Lei 14.789/2023, introduziu novas regras para apuração de créditos fiscais relacionados a subvenções, alterando significativamente o cenário tributário. No exercício de 2024, a Companhia revisitou os critérios aplicáveis à apuração desses créditos fiscais e em virtude disso, a provisão de R\$8.359, registrada em 2023 como passivo contingente relacionado a uma possível autuação fiscal, foi estornada no exercício de 2024. Este ajuste reflete a atualização do posicionamento da Administração e de seus assessores jurídicos em relação às condições legais vigentes. O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte do Grupo for provável. Em 31/12/2024 e de 2023, o Grupo é parte em outros processos que totalizam os montantes de R\$75.762 e R\$54.026, respectivamente, com probabilidades de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:									
Contingências trabalhistas e previdenciárias Contingências fiscais (i)									
(i) Em 2021, a Companhia sofreu fiscalização da Receita Federal. Na ocasião, o Fisco entendeu que a despesa financeira da Controladora incorporada em 2013 não seria dedutível na apuração do IRPJ e CSLL, fato que resultou na lavratura de auto de infração concernente à glosa dessa despesa, correspondente ao período de 2016 a 2019. Cumpre salientar que os fatos geradores ocorridos anteriormente à data de conclusão do contrato de compra do segmento industrial celebrado entre GS Inima Industrial e BRK, em 30/09/2019, são de responsabilidade da BRK. Os valores originalmente lançados no auto de infração vêm sendo atualizados ao longo do tempo, refletindo a incidência de encargos financeiros e correções monetárias. Em 2024, o processo passou por uma nova atualização, na qual a fiscalização expandiu a autuação para incluir também os anos de 2020 e 2021 ocasionando em um novo auto de infração. A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:									
Saldo inicial Complemento de provisão Reversão de provisão									
17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: Em 31/12/2024 e de 2023, o capital social da Companhia é de R\$909.360 e está representado por 909.360 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuído:									
GS Inima Brasil Ltda.									
17.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31/12/2024, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$3.498 (R\$3.099 em 31/12/2023). 17.3. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados: O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). Em 31/12/2024, a Companhia transferiu o saldo da conta de lucros acumulados, no montante de R\$8.020, para a conta de reserva de lucros retidos (R\$40.881 em 31/12/2023). 17.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JUSCP) : O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, atendendo ao									
continuação ➡									

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

CNPJ nº 16.832.157/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Nota 31/12/2024 31/12/2023			Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total	
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	200	3.552		48.446	2.336	2.336	28.206	-	9.086	81.324
Contas a receber	7	21.251	17.124		-	-	-	-	-	9.086	9.086
Estoques		2.236	2.636		15.1	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar		354	29		15.2	-	454	-	-	(454)	-
Outros créditos		1.214	583		15.3	-	-	454	-	(454)	-
Total do ativo circulante		25.255	23.924		15.5	-	-	-	-	(2.044)	(2.044)
Não circulante					15.4	-	-	6.134	-	(6.134)	-
Realizável a longo prazo					48.446	2.790	2.790	34.340	-	-	88.366
Aplicações financeiras	6	549	497		-	-	-	-	-	12.048	12.048
Contas a receber	7	247	395		15.2	-	602	-	-	(602)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	1.419	1.205		15.3	-	-	602	-	(602)	-
		2.215	2.097		15.5	-	-	-	-	(2.710)	(2.710)
Ativo de contrato	8	10.920	4.291		15.4	-	-	-	8.134	(8.134)	-
Intangível	9	253.558	254.197		48.446	3.392	3.392	42.474	-	-	97.704
Total do ativo não circulante		266.693	260.585								
Total do ativo		291.948	284.509								
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	10	4.759	4.739								
Arrendamento mercantil	11	363	1.580								
Fornecedores		5.626	6.131								
Obrigações sociais		4.220	4.299								
Obrigações fiscais		953	1.441								
Concessão de serviços públicos	12	7.073	6.760								
Dividendos a pagar	13	6.995	6.329								
Partes relacionadas	13	8.402	6.615								
Outras obrigações		1.263	602								
Total do passivo circulante		39.654	38.496								
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	10	69.827	74.284								
Arrendamento mercantil	11	4.395	4.410								
Partes relacionadas	13	12.377	11.561								
Concessão de serviços públicos	12	67.631	66.596								
Provisão para ações judiciais	14	360	796								
Total do passivo não circulante		154.590	157.647								
Total do passivo		194.244	196.143								
Patrimônio líquido	15										
Capital social		48.446	48.446								
Reserva de lucros		49.258	39.920								
Total do patrimônio líquido		97.704	88.366								
Total do passivo e patrimônio líquido		291.948	284.509								
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											
1. Informações gerais: A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de agosto de 2012, com sede na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP, e possui como objeto a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos. Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$14.399 (R\$14.572 em 31 de dezembro de 2023) e apresentou índice de liquidez corrente de 0,64 (0,62 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia vem apresentando lucro líquido no montante de R\$12.048 (R\$9.086 em 2023) e uma reserva de lucro retidos no montante de R\$42.474 (R\$34.340 em 31 de dezembro de 2023), bem como apresenta caixa gerado nas atividades operacionais em 2024 de R\$34.646 (R\$37.309 em 2023). A Administração da Companhia entende que não há indícios de descontinuidade operacional. A Administração da Companhia afirma que, através de suas projeções de fluxos de caixa futuros do seu plano de negócios, terá caixa suficiente para garantir o pagamento de todas as suas obrigações de curto prazo, previstas até o encerramento do exercício de 2024. O plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia está pautado em: (i) Reequilíbrio contratual gerando mais recursos; (ii) Monitorar os títulos atrasados para diminuição da inadimplência; (iii) Redução de custos operacionais e aumento da produtividade gerando aumento das margens operacionais. A Administração da Companhia entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção do caixa necessário para sua operação e cumprimento das obrigações futuras. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Companhia continua investindo na ampliação de suas estações de tratamento. Tais investimentos estão totalmente atrelados à expansão das estações de tratamento realizadas nos últimos anos, além de proporcionar o aumento da capacidade da prestação do serviço oferecido pela Companhia. 2. Políticas contábeis materiais: 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 20 de março de 2025. 2.2. Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 2.3. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2. 2.4. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 2.4.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. b) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras. c) Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. • O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: i) o valor do ativo; e ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias devedoras ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se											
mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. b) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras. c) Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. • O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: i) o valor do ativo; e ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias devedoras ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se											
baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. 2.4.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. b) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraidos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, concessão dos serviços públicos, contas a pagar de partes relacionadas, empréstimos com partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. c) Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. 2.6. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos. 2.7. Contas a receber: As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas ao valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Correspondem a valores a receber dos clientes relacionados aos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário. A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas											

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ◀

esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias. **2.8. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Outorga	30 anos
Sistema de abastecimento de água	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	5 a 10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Edificações	4 anos
Ferramentas	5 a 10 anos
Embarcações	5 a 10 anos
Direito de uso de arrendamento	2 a 4 anos
Direto de uso de servidão de passagem	20 anos
Software	5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICP 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.10. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil. A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **2.10. Arrendamentos: Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de reiniciar o arrendamento. **2.11.**

Custo dos empréstimos e financiamentos: Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15. Tributos: Lucro real:** A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e os correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.16. Receitas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: **Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água. A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação, como também religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.17. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. **2.18.**

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2023: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos

envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:**

3.1. Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Análise dos contratos de arrendamento:** A Companhia analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Nessa análise, a Companhia utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração da Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 7. **Tributos diferidos:** O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de provisão de crédito esperada, provisão para ações judiciais, provisão de obsolescência dos estoques, participação nos lucros e resultados, diferença da depreciação e amortização fiscal e societária, provisão de notas fiscais e atualização e ajuste a valor presente da outorga. O diferido passivo é sobre ajuste a valor presente da outorga e ajuste a valor presente do arrendamento mercantil. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão. **Contabilização dos contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito à: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **Reconhecimento da receita e custos de construção:** Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. **Reconhecimento da receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **Provisão para ações judiciais:** A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada a causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Gestão de riscos**

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros: Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, concessão dos serviços públicos, contas a pagar de partes relacionadas, empréstimos a pagar com partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros e risco de câmbio. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. **Risco de taxa de juros:** Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. **Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas, e aplicações financeiras:

Análise de Sensibilidade					
Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável) (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		25,28% (*)	31,60%	18,96%	37,91%
Aplicações financeiras	549	688	722	653	757
IPCA + 2,31% a.a.		7,02% (*)	8,77%	5,26%	10,52%
Empréstimos e financiamentos (A)	(20.444)	(21.878)	(22.237)	(21.520)	(22.596)
					(21.161)

continuação ▶

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.									
Análise de Sensibilidade						Vencidas:			
Indicadores	Saldo	Cenário I	Cenário II	Cenário II	Cenário III	31/12/2024	31/12/2023		
	contábil	(provável)	(+ 25%)	(- 25%)	(+ 50%)				
IPCAs + 2,71% a.a.		7,42% (*)	9,27%	5,56%	11,12%	15.032	11.529		
Empréstimos e						10.908	7.093		
financiamentos (B)	(54.142)	(58.158)	(59.161)	(57.154)	(60.165)	452	2		
CDI + 3% a.a.		28,28% (*)	35,35%	21,21%	42,41%	14.377	12.810		
Empréstimos com						(7.911)	(6.820)		
partes relacionadas	(7.824)	(10.036)	(10.589)	(9.483)	(11.143)	21.498	17.519		
A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está demonstrada abaixo:									
						31/12/2024	31/12/2023		
Saldo inicial						(6.820)	(7.086)		
Complemento de provisão						(1.239)	(2.893)		
Reversão de provisão						148	3.159		
						(7.911)	(6.820)		
As reversões de provisão correspondem aos recebimentos ocorridos no exercício.									
de contrato: O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber									
caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e									
tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão									
mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.									
Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado									
como ativo intangível. A movimentação do ativo de contrato está demonstrada abaixo:									
						31/12/2024	31/12/2023		
Saldo no início do exercício						4.291	48.969		
Adições (i)						20.596	14.262		
Baixas						-	(38)		
Transferências (ii)						(13.967)	(58.902)		
Total						10.920	4.291		
(i) As adições correspondem às obras em andamento. (ii) Referem-se às transferências para									
o ativo intangível em decorrência da conclusão das obras. No ano de 2024, foram concluídas									
algumas obras, sendo as mais significativas: ligações de água e esgoto do município de									
Araçatuba. No ano de 2023 foram concluídas as seguintes obras: ampliações nas estações de									
tratamento na ETE IV, a construção da Usina Fotovoltaica para a geração de energia									
solar e o projeto de setorização e gestão de perdas.									
9. Intangível:									
						31/12/2024	31/12/2023		
Custo						Adições	Bai- xas	Transfe- rências	31/12/2024
Outorga (i)						86.683	-	-	86.683
Captação, distribuição e coleta						131.867	148	-	145.234
(redes e tubulações) (ii)						34.437	1.107	(211)	35.904
Máquinas, aparelhos e equipamentos						567	23	(15)	575
Móveis e utensílios						382	55	-	500
Instalações						2.350	54	(89)	2.315
Veículos						2.116	242	(254)	2.104
Equipamentos de informática						63.524	-	114	63.638
Edificações						-	-	-	-
Ferramentas						-	-	-	-
Embarcações						-	-	-	-
Direito de uso – arrendamento mercantil						-	-	-	-
Direito de uso – servidão de passagem						6.356	-	-	6.356
Software						2.936	-	-	2.936
						331.218	1.629	(569)	346.245
						31/12/2024	31/12/2023	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						(32.890)	(3.356)	-	(36.246)
Amortização									
						31/12/2024	31/12/2023	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						(16.673)	(6.532)	-	(23.205)
						(5.888)	(2.633)	151	(8.370)
						(248)	(57)	9	(296)
						(101)	(37)	-	(138)
						(2.325)	(8)	89	(2.244)
						(1.280)	(243)	183	(1.340)
						(12.004)	(2.783)	-	(14.787)
						-	-	-	-
						-	-	-	-
						-	-	-	-
						(2.966)	(179)	-	(3.145)
						(2.646)	(270)	-	(2.916)
						(77.021)	(16.098)	432	(92.687)
						31/12/2024	31/12/2023	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						86.683	-	-	86.683
Custo									
						31/12/2024	31/12/2023	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						157.042	9.335	-	131.867
						3.899	742	(204)	34.437
						648	58	(2)	567
						478	40	(3)	517
						2.374	-	(61)	37
						1.331	273	(19)	531
						403	-	63.121	63.524
						33	9	-	(42)
						11	-	(11)	-
						687	-	(687)	-
						6.356	-	-	6.356
						2.890	-	-	2.936
						262.835	10.457	(976)	58.902
						31/12/2024	31/12/2023	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						(29.534)	(3.356)	-	(32.890)
Amortização									
						31/12/2024	31/12/2023	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						(24.250)	(4.764)	-	(16.673)
						(1.083)	(1.652)	41	(3.194)
						(239)	(55)	1	45
						(123)	(31)	-	53
						(2.342)	(33)	61	(11)
						(967)	(239)	11	(85)
						(62)	(2.777)	-	(9.165)
						(25)	-	-	25
						(7)	-	-	7
						(687)	-	-	687
						(2.805)	(161)	-	(2.966)
						(2.301)	(329)	-	(16)
						(64.425)	(13.397)	801	(77.021)
						31/12/2024	31/12/2023	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						50.437	-	-	53.793
						122.029	-	-	115.194
						27.534	-	-	28.549
						279	-	-	319
						362	-	-	281
						71	-	-	25
						764	-	-	836
						48.851	-	-	51.520
						-	-	-	2028
						-	-	-	421
						-	-	-	2029
						-	-	-	2.797
						3.211	-	-	3.390
						20	-	-	290
						253.558	-	-	254.197
						31/12/2024	31/12/2022	Bai- xas	Transfe- rências
						Adições	-	-	-
						53.793	-	-	57.149
						115.194	-	-	132.792
						28.549	-	-	2.816
						319	-	-	409
						281	-	-	355
						25	-	-	32
						836	-	-	364
						51.520	-	-	341
						-	-	-	8
						-	-	-	4
						-	-	-	4
						3.390	-	-	3.551
						290	-	-	589
						254.197	-	-	198.410
(i) A Companhia é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável									
e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP, e contabiliza o contrato de concessão									
conforme a ICPQ 01 (R1) - Contratos de concessão. A Companhia tem acesso para operar									
a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos									
termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da									
concessão. A concessão tem vigência até novembro de 2042. Ao término da concessão,									
todos os bens públicos e instalações utilizados, bem como todas as obras e instalações									
realizadas pela Companhia, serão revertidas pelo saldo líquido das respectivas amortizações									
ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA) sem qualquer retorno financeiro									
para a Companhia. (ii) Correspondem às estações tratamento de esgoto (elevatórias e									
redes) e estações de tratamento de água (reservatórios e redes). (iii) Em 2022, a Companhia									
assinou o termo de autorização de uso de faixa de domínio a título precário e oneroso junto									
à ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. Esse termo oferece o direito à Companhia de									
utilizar a faixa de domínio da Rodovia Marechal Rondon para a passagem de tubulações de									
água e esgoto, utilizadas pela Companhia na prestação dos serviços inerentes ao contrato									
de concessão que a Companhia possui. Por consequência do referido termo, a Companhia									
passou a registrar o direito de uso da faixa de domínio e sua correspondente amortização.									
O prazo para amortização do direito de uso de servidão de passagem será até o prazo final									
do contrato de concessão, em novembro de 2042. Os detalhes sobre os pagamentos e									
prazos da obrigação estão descritos na nota explicativa nº 11. A Companhia revisa a cada									
exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança									
nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. Os anos de vida útil									
estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.9.									
10. Empréstimos e financiamentos:									
Modalidade e encargos									
Financiamentos anuais									
Taxa efetiva de juros anual									
Vencimento									
2024									
2023									
Banco BNDES									
IPCAs + 2,31 a.a. (A) e IPCAs									
+ 2,71% a.a. (B)									
Ago/2041									
74.586									
79.023									
Passivo circulante									
74.586									
79.023									
Passivo não circulante									
69.827									
74.284									
74.586									
79.023									
O financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)									
está destinado a investimentos na modernização e expansão do sistema de abastecimento									
de água e esgotamento sanitário. Os juros estavam sendo pagos de forma trimestral desde									
fevereiro de 2019 e a partir de setembro de 2022 passaram a ser pagos mensalmente.									
Nesse contrato de financiamento, há cláusula restritiva denominada "covenants" e garantias,									
relativas ao nível de endividamento da Companhia e o cumprimento de obrigações acessórias,									
que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. Em relação									
às garantias, o financiamento possui como garantia a cessão fiduciária dos recebíveis das									
contas decorrentes da cobrança de água e esgoto e referem-se a: • Cessão fiduciária de									
direitos creditórios emergentes do contrato de concessão, bem como de seus aditivos									
posteriores; • Penhor de 100% das ações representativas do capital social da Companhia,									
bem como das novas ações que a acionista controladora venha a adquirir no futuro, seus									
frutos, lucros, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos e									
juros sobre o capital próprio, durante a vigência do contrato. Em relação à cláusula restritiva									
("covenants"), a Companhia assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-									
-financeiro constantes no contrato: • Manter o Índice de Cobertura do Serviços da Divida									
(ICSD) igual ou superior a 1,5 sendo o ICSD definido por: EBITDA/ Serviço da Divida, onde:									
(i) EBITDA: resultado operacional antes do resultado financeiro, impostos (imposto de renda									
e contribuição social sobre o lucro), acrescido da depreciação e amortização subtraído dos									
ajustes IFRS. (ii) Ajustes IFRS: resultado entre a subtração das receitas e custos relativos à									
prestação dos serviços de construção acrescido das receitas financeiras calculadas com									
base na taxa efetiva de juros sobre os ativos financeiros, quando existirem. (iii) Serviço da									
Divida: pagamento de juros + amortização de principal da divida bruta e mútuos contrados									
junto a seus acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do grupo econômico do qual a									
beneficiária faça parte. (iv) Divida bruta: debêntures, empréstimos, financiamentos, quaisquer									
outras dividas bancárias (incluindo instrumentos financeiros derivativos atrelados à divida									
em moeda estrangeira), divida fiscal, com fornecedores vencidos acima de 90 dias, dividas									
provenientes de acordos judiciais e contratos de mútuos contrados juntos aos acionistas ou									
a qualquer outra empresa integrante do grupo econômico do qual a beneficiária faça parte.									
(v) Divida fiscal: saldo devedor de impostos, tributos e encargos sociais, parcelados e/ou									
em atraso. • Manter a relação de Patrimônio Líquido/ Ativo Total igual ou superior a 0,30.									
• Manter a relação de Divida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 onde divida líquida é a									
divida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em									
31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia cumpriu com todos os compromissos									
e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato. A movimentação dos empréstimos e									
financiamentos está demonstrada abaixo:									
						31/12/2024	31/12/2023		
Saldo inicial						79.023	81.223		
Captação de novos empréstimos e financiamentos						-	2.287		
Juros incorridos no exercício						7.690	7.899		
Amortização de principal						(4.457)	(4.383)		
Amortização de juros						(7.670)	(8.003)		
						74.586	79.023		
As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:									
						2026	4.457		
						2027	4.457		
						2028	4.457		
						2029	4.457		
						Após 2029	51.999		
						69.827			
11. Arrendamento mercantil:									
						31/12/2024	31/12/2023		
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A						4.758	5.990		
						4.758	5.990		
Passivo circulante						363	1.580		
Passivo não circulante						4.395	4.410		
						4.758	5.990		
Em 2022, a Companhia assinou o termo de autorização de uso da faixa de domínio a título									
precário e oneroso junto à ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. Esse termo oferece o									
direito à Companhia de utilizar a faixa de domínio da Rodovia Marechal Rondon para a									
passagem de tubulações de água e esgoto, utilizadas pela Companhia na prestação dos									
serviços inerentes ao contrato de concessão que a Companhia possui. Por consequência									
do referido termo, a Companhia passou a registrar o direito de uso da faixa de domínio e									
sua correspondente amortização, bem como a obrigação a pagar para a ViaRondon pelo									
uso da faixa de domínio e o seu correspondente ajuste a valor presente (AVP). A Companhia									
assumiu conforme termo de autorização de uso da faixa de domínio a quitação das anuidades									
referentes ao período de 2012 a 2020, cujo valor total de R\$3.694.401,62 foi parcelado									
em 36 prestações fixas, mensais e sucessivas. O pagamento da primeira parcela ocorreu									
em 25 de janeiro de 2022, com vencimentos mensais subsequentes. O parcelamento foi									
totalmente quitado em 2024. O referido contrato possui vigência até 2039. O valor da									
divida é atualizado, mensalmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo									
(IPCA) fechado do mês anterior. O ajuste a valor presente é calculado considerando o IPCA									
acumulado do ano anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro									
de 2024, as taxas consideradas para a atualização mensal da divida, bem como para o									
cálculo do ajuste a valor presente foram 0,39% e 4,87% (0,28% e 6,0% em 31 de dezembro									
de 2023, respectivamente). Esses índices constam no referido contrato de arrendamento.									
Os pagamentos são mensais e anuais. A movimentação dos arrendamentos é como segue:									
						31/12/2024	31/12/2023		
Saldo anterior						5.990	5.793		
Atualização monetária – ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A						257	250		
Pagamentos – ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A						(1.550)	(1.493)		
Ajuste a valor presente – ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A						61	1.440		
						4.758	5.990		
O fluxo de pagamento das parcelas de longo prazo dos arrendamentos está demonstrado									
abaixo:									
						31/12/2024			
						2026	378		
						2027	393		
						2028	406		
						2029	421		
						Após 2029	2.797		
						4.395			
12. Concessão de serviços públicos: O contrato de concessão prevê a outorga a pagar									
pela Companhia ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA). A outorga a pagar									
é definida contratualmente como "ônus fixo" e "ônus variável". O ônus variável foi liquidado									
em abril de 2014. O ônus fixo é pago de forma mensal e será pago durante todo o período									
da concessão (30 anos). Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado do ônus fixo									
mensal é de R\$544 (R\$520 em 31 de dezembro de 2023). No mês de dezembro de cada									
ano são pagas duas parcelas, totalizando 13 pagamentos por ano. O valor da outorga é									
atualizado com base no reajuste tarifário, considerando a variação do Índice Nacional de									
Preços ao Consumidor (IPCA) dos últimos 12 meses, divulgada pelo Instituto Brasileiro de									
Geografia e Estatística (IBGE). A decisão sobre o reajuste é publicada na imprensa oficial e									
em site na internet e passa a entrar em vigor imediatamente após a divulgação. O reajuste									
tarifário, divulgado em março de 2024, vigente em 31 de dezembro de 2024, é de 4,62%									
(8,87% em 31 de dezembro de 2023). Como garantia, o poder concedente requereu da									
Companhia um seguro garantia de cumprimento das obrigações contratuais emitido através									
de apólice nº 017412044000107750139820, Seguradora BMG Seguros. A movimentação									
da outorga a pagar está demonstrada abaixo:									
						31/12/2024	31/12/2023		
Saldo no início do exercício						73.356	69.607		
Atualização financeira						6.639	10.911		
Pagamentos						(7.000)	(6.634)		
Ajuste a valor presente (AVP)						1.709	(528)		
Total						74.704	73.356		
Passivo circulante						7.073	6.760		
Passivo não circulante						67.631	66.596		
						74.704	73.356		
O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na									
continuação									

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.										
CNPJ/MF nº 08.808.179/0001-10										
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)										
Balanço Patrimonial										
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido				
		2024	2023	2024	2023	Notas	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Opções Outorgadas	Atribuível aos acionistas da Companhia
Ativo Circulante										Total Participações dos não controladores
Caixa e equivalentes de caixa	4	58.209	61.714	58.304	62.025	Saldos em 31 de dezembro de 2022	97.259	–	5.707	99.757
Clientes	5	3.523	5.257	3.523	5.257	Lucro/(Prejuízo) do exercício	–	–	–	(9.511)
Clientes – Empresas do grupo	5 e 8	–	503	–	–	Reserva – plano de outorga de ações	18.4	–	1.813	1.813
Impostos à recuperar	6	1.404	941	1.535	1.067	Ajuste de exercício anterior	–	–	–	–
Outros créditos	7	1.423	158	1.423	158	Saldos em 31 de dezembro de 2023	97.259	–	7.520	92.059
Total do ativo circulante		64.559	68.573	64.785	68.507	Prejuízo do exercício	–	–	–	(1.325)
Ativo não circulante						Reserva – plano de outorga de ações	18.4	–	1.192	1.192
Partes relacionadas	8	1.530	1.176	–	–	Saldos em 31 de dezembro de 2024	97.259	–	8.713	91.927
Impostos à recuperar	6	1.050	1.050	1.050	1.050					
Tributos diferidos ativos	24	3.159	–	3.159	–					
Imobilizado	9	1.529	1.669	1.529	1.669					
Intangível	10	33.213	31.047	33.213	31.047					
Total do ativo não circulante		40.481	34.942	38.950	33.766					
Total do ativo		105.040	103.515	103.737	102.273					
Passivo										
	Notas	2024	2023	2024	2023	Demonstração do Resultado do Exercício				
						Notas	2024	2023	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido						Receita operacional líquida	19	41.171	28.573	41.171
Passivo circulante						Custo dos serviços prestados	20	(24.327)	(18.569)	(24.327)
Financiamentos	11	124	203	124	203	Lucro bruto		16.843	10.004	16.843
Fornecedores	12	681	647	687	648	Despesas gerais e administrativas	21	(15.564)	(15.925)	(16.178)
Obrigações tributárias	13	835	867	835	868	Despesas com vendas	21	(8.899)	(6.405)	(8.360)
Obrigações trabalhistas	14	8.301	7.561	8.301	7.561	Gastos com pesquisa e desenvolvimento	21	(3.529)	(3.965)	(3.529)
Outras obrigações	15	495	114	495	114	Outras despesas operacionais	22	(24)	(96)	(24)
Dividendos a pagar	16	376	376	376	376	Resultado de participação em controlada	15	(64)	432	(94)
Total do passivo circulante		10.812	9.768	10.818	9.770	Prejuízo antes do resultado financeiro		(11.237)	(15.955)	(11.248)
Passivo não circulante						Recultas financeiras	23	8.136	7.623	8.151
Outras obrigações	15	2.300	1.688	992	444	Despesas financeiras	23	(1.383)	(1.179)	(1.387)
Total do passivo não circulante		2.300	1.688	992	444	Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(4.484)	(9.511)	(4.484)
Total do passivo		13.112	11.456	11.810	10.214	IRPJ e CSLL corrente	24	–	–	(104)
Patrimônio líquido						IRPJ e CSLL diferido	6 e 24	3.159	–	3.159
Capital social	18.1	97.259	97.259	97.259	97.259	Prejuízo líquido do exercício		(1.325)	(9.511)	(1.325)
Reserva plano de outorga de ações	18.4	8.713	7.520	8.713	7.520	Atribuível a:				
Prejuízos acumulados	18.3	91.927	92.059	91.927	92.059	Acionistas da Companhia			(1.325)	(9.511)
Total do patrimônio líquido		91.927	92.059	91.927	92.059	Participação dos não controladores	3.13	–	3	–
Total do passivo e patrimônio líquido		105.040	103.515	103.737	102.273			(1.325)	(9.508)	
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras										
1. Contexto operacional – A Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de fevereiro de 2007. Em 12 de fevereiro de 2020, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a alteração do tipo jurídico da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações. Empresa genuinamente brasileira, com sede na cidade de São José dos Campos, se consolidou como a maior plataforma tecnológica que atende as corporações que se relacionam com o agronegócio. A Companhia e sua controlada (conjuntamente “Grupo”), tem como principal atividade operacional o desenvolvimento e entrega de soluções digitais baseadas em sistemas geográficos, cruzamento de dados múltiplos fontes e metodologias/know-how, com processamento de informações tabulares e espaciais, integração de sistemas, uso de aplicações móveis e técnicas derivadas de sensoriamento remoto. Normalmente, nossos clientes utilizam dezenas de aplicações da Agrotools em vários desafios internos e externos, sempre em missões críticas. Somos referência em soluções de grande escala para adaptação à agenda climática, por meio do melhor uso de dados e tecnologia relacionados aos territórios, nos posicionando com experiência dentro das organizações, participando de processos e rotinas de corporações de todos os portes, nacionais e internacionais para buscar soluções. Possuímos patentes sobre diversos produtos exclusivos e soluções operacionais que atendem às mais diversas legislações, tais como: Leis do Crédito Agrícola, Moratória da Soja, TAC da Carne, Protocolos ESG, criação de Política de Sustentabilidade global, entre outras. Em 2024, a carteira de contratos da Companhia saltou 25% quando comparado ao ano de 2023. O volume de dados processados, analisados e consumidos pelos clientes cresceu de forma exponencial, ilustrando o avanço das soluções oferecidas aos clientes, bem como, a forte aderência da oferta de soluções alinhadas às necessidades dos nossos clientes. As atividades da Companhia não envolveram a concessão de financiamento aos clientes do agronegócio. ISO 27001 (Não auditado): A Cia é uma das 200 (duzentas) empresas brasileiras que detém certificação ISO 27001 desde 2022, reforçando seu comprometimento em manter um ambiente de negócios seguro e confiável. A certificação reforça a confiança de que seus dados são tratados com a máxima segurança da informação, em conformidade com os padrões internacionais. Também oferece proteção para informações sensíveis, como dados financeiros, listas de dados de clientes e fornecedores e segredos industriais, reforçando a confiança em nossos serviços. Empresa Certificada B Corp (Não auditado): A Companhia foi a primeira AgTech da América Latina certificada como B Corp, que visa ressignificar a definição de sucesso das empresas, identificando aquelas que correspondem aos mais altos padrões de transparência, responsabilidade e desempenho socioambiental. Great Place to Work (Não auditado): O Great Place to Work (GPTW) certifica e reconhece as melhores organizações a partir da experiência dos seus colaboradores, reconhecendo-a como um bom lugar para se trabalhar. Riscos do conflito Rússia x Ucrânia: Governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia, mantêm sanções a certos setores industriais e partidos na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como quaisquer respostas dadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar indiretamente o nosso negócio. Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A administração monitora continuamente os desdobramentos da situação para avaliar quaisquer impactos futuros, resultantes da crise em andamento. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. b) Consolidação: A Companhia consolida a entidade sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A AT Soluções Digitais Ads Ltda (“Controlada”) foi adquirida em 3 de maio de 2021, e a Companhia obteve o controle a partir de 1 de julho de 2021, sendo a participação da Companhia no capital da Controlada de 99,9% em 2022 e de 100% em 2023. Detalhes vide nota explicativa 3.13. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração no dia 31 de março de 2025. c) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. d) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. e) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As regras envolvendo a capitalização de ativos intangíveis levam em consideração o custo para desenvolvimento e evolução de soluções tecnológicas, embasadas em regras e critérios de apontamentos de horas, que são valorizadas para os projetos elegíveis à capitalização. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 3.5 – Pesquisa e desenvolvimento. 3. Principais práticas contábeis adotadas – 3.1. Caixas e equivalentes de caixa: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até três meses da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. 3.2. Clientes: Incluem os serviços executados aos consumidores até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como recebíveis, pois apresentam pagamentos determináveis e não são cotadas em mercado ativo. São mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros. Pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. 3.3. Fornecedores: Incluem a compra de ativos imobilizados, uso e consumo e serviços tomados que foram faturados para a Companhia até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. 3.4. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas										

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

b) Transações

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Clientes – Intercompany

–

503

–

–

Total

–

503

–

–

Em 2023, houve a prestação de serviço *Intercompany* de suporte de dados, nuvem e processamento, prestados pela Controladora para a At Digital, integralmente liquidados financeiramente em 2024.

9. Imobilizado – a) Composição e movimentação do ativo imobilizado:

Tx Deprec.

2024

2023

2024

2023

Anual (%)

2024

2023

Adições

2024

2023

2024

2023

2024

2023

2024

2023

Custo

Instalações

10

133

–

(21)

–

112

62

(1)

–

173

Equip. de informática

20

2.392

16

(300)

45

2.153

100

(157)

124

2.219

Móveis e utensílios

10

215

150

(3)

–

362

141

(2)

4

505

Máq. e equipamentos

10

29

9

–

–

38

2

–

40

Ferramentas e aparelhos

10

21

–

–

–

20

–

20

Benefetórias em imóveis

33

–

52

–

89

141

–

141

Imobilizado em andamento

–

–

307

–

(135)

172

79

(15)

(128)

107

Total

2.790

534

(324)

–

3.001

384

(175)

–

3.206

Depreciação

Instalações

10

(78)

(10)

9

–

(79)

(9)

1

–

(87)

Equip. de informática

20

(933)

(402)

298

–

(1.038)

(390)

131

–

(1.297)

Móveis e utensílios

10

(144)

(25)

1

–

(168)

(33)

2

–

(199)

Máq. e equipamentos

10

(10)

(3)

–

–

(13)

(4)

–

(17)

Ferramentas e aparelhos

10

(18)

(1)

–

–

(19)

(1)

–

(20)

Benefetórias em imóveis

33

–

(14)

–

(14)

(47)

–

(61)

Total Depreciação

(1.183)

(455)

308

–

(1.335)

(484)

134

–

(1.677)

Saldo Contábil

1.607

79

(16)

–

1.669

(100)

(41)

–

1.529

10. Intangível – a) Composição e movimentação do ativo Intangível:

Tx Amort.

2024

2023

2024

2023

Anual (%)

2024

2023

Adições

2024

2023

2024

2023

2024

2023

2024

2023

Custo

Direito de uso de software

10

–

3.800

–

–

–

–

–

3.800

Softwares em desenvolvimento

–

–

12.837

9.886

–

–

(8.750)

–

13.973

Marcas e patentes

10

–

39

3

–

–

–

–

42

Softwares desenvolvidos

20

–

14.765

1.364

(765)

8.750

–

24.114

Total

31.441

11.253

(765)

–

–

–

–

41.929

Amortização

Direito de uso de software

10

–

(2.321)

(309)

–

–

–

–

(2.630)

Marcas e patentes

10

–

(12)

(4)

–

–

–

–

(16)

Softwares desenvolvidos

20

–

(5.287)

(3.714)

765

–

–

–

–

(8.236)

Total

(7.620)

(4.027)

765

–

–

–

–

(10.882)

Total

23.821

7.226

–

–

–

–

–

31.047

Tx Amort.

2024

2023

2024

2023

Anual (%)

2024

2023

Adições

2024

2023

2024

2023

2024

2023

2024

2023

Custo

Direito de uso de software

10

–

3.800

–

–

–

–

–

3.800

Softwares em desenvolvimento

–

–

13.973

8.028

–

–

(8.109)

–

13.892

Marcas e patentes

10

–

42

46

–

–

–

–

88

Softwares desenvolvidos

20

–

24.114

–

–

–

8.109

–

32.223

Total

41.929

8.074

–

–

–

–

–

50.003

Amortização

Direito de uso de software

10

–

(2.630)

(295)

–

–

–

–

(2.925)

Marcas e patentes

10

–

(16)

(6)

–

–

–

–

(22)

Softwares desenvolvidos

20

–

(8.236)

(5.608)

–

–

–

–

(13.844)

Total

(10.882)

(5.909)

–

–

–

–

–

(16.790)

Total

31.047

2.165

–

–

–

–

–

33.213

Software em desenvolvimento: refere-se a valores investidos em desenvolvimento de softwares proprietários, sejam com interface com usuários finais ou componentes de soluções tecnológicas que agreguem valor em um ou mais produtos de acordo com o objetivo. A seguir a relação de alguns dos principais softwares e funcionalidades que estão em desenvolvimento: • Nova plataforma TERRAMATRIX: nova base de navegação e pesquisa espacial que visa trazer diversos benefícios adicionais à plataforma atual, entre eles, melhora de funcionalidades, visualização de mapas, usabilidade com foco em aumento da satisfação dos clientes e performance, com previsão de lançamento em 2025, e substituição da plataforma atual gradativamente. • Plataforma At Market: plataforma para canal de vendas digital em desenvolvimento (marketplace). • Produto Carbono: solução para atendimento de demandas relacionadas a Carbono para diversos players do agronegócio. • GEOID: evolução de desenvolvimentos em inteligência territorial, com ferramentas para elevação de nível de classificação geoespacial de territórios para clientes estratégicos. • CROP: Componente de software para visão de indicadores de múltiplas culturas produtivas, incluindo acuracidade e repertório de dados. • Novo motor de análise socioambiental: desenvolvimentos que objetivam aumentar o poder de processamento de dados com resultado em melhoria de performance e custo de atendimento. Softwares Desenvolvidos: referem-se a softwares que já estão sendo utilizados como componentes de soluções existentes ou produtos de Software com interface com usuários. Por se tratar de produtos tecnológicos, estão sempre em evolução, por isso a necessidade de investimentos constantes em melhorias e novas funções. Nesse sentido, mesmo após o software já possuir versão inicial e funcional, são mantidos em constante evolução os softwares que agregam em soluções ou entregas, com o intuito de manter-se como referência tecnológica em sua respectiva área de atuação. Abaixo a relação de alguns softwares desenvolvidos pela Companhia: • Terramatrix: Plataforma base de navegação e pesquisa espacial atualmente utilizada pelos clientes. • GEOID e TerraBusiness: Softwares de inteligência territorial, com ferramentas para elevação de nível de classificação geoespacial de territórios. • TerraSafe: ferramentas para análise de territórios de acordo com critérios socioambientais desejados, parametrizável. • TerraWise: Componente de software capaz de realizar intermediação de consultas com base no modelo Geoid, dados de critérios e camadas em geral. Responsável por encapsular diferentes regras de negócios e manter o ambiente seguro quanto ao acesso das consultas dinâmicas. • At Valuation: Software relacionado ao processamento automatizado de valoração remota de terras. • Data Lake: software para uso de análise socioambiental que incorpora todas as bases de dados estratégicos utilizados pela Companhia. Direito de uso de Software: Em 2022 a Companhia adquiriu uma plataforma chamada S4Go com objetivo de incorporar as soluções desenvolvidas pelo desenvolvedor no seu Portfólio de soluções tecnológicas.

11. Financiamentos

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Banco DLL (a)

2

–

2

–

Banco DLL (b)

4

47

4

47

Banco DLL (c)

13

156

13

156

Aymoré (d)

31

–

31

–

Aymoré (e)

4

–

4

–

Aymoré (f)

45

–

45

–

Aymoré (g)

4

–

4

–

Aymoré (h)

21

–

21

–

Total

124

203

124

203

(a) Contrato Dell Computadores através do Banco DLL Brasil S.A., firmado em 02/08/2023 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 28 em 12 parcelas de R\$ 2,3 (sem juros). (b) Contrato Dell Computadores através do Banco DLL Brasil S.A., firmado em 02/08/2023 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 470 em 12 parcelas de R\$ 4 (sem juros). (c) Contrato Dell Computadores através do Banco DLL Brasil S.A., firmado em 02/08/2023 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 156 em 12 parcelas de R\$ 13 (sem juros). (d) Contrato Dell Computadores através da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., firmado em 20/09/2024 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 41,8 em 12 parcelas de R\$ 3,5 (sem juros). (e) Contrato Dell Computadores através da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., firmado em 20/09/2024 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 5,7 em 12 parcelas de R\$ 0,5 (sem juros). (f) Contrato Dell Computadores através da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., firmado em 20/09/2024 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 60,5 em 12 parcelas de R\$ 5,0 (sem juros). (g) Contrato Dell Computadores através da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., firmado em 20/09/2024 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 5,8 em 12 parcelas de R\$ 0,5 (sem juros). (h) Contrato Dell Computadores através da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., firmado em 20/09/2024 com a finalidade de pagamento de equipamentos de informática, no valor R\$ 26,1 em 12 parcelas de R\$ 2,2 (sem juros).

12. Fornecedores

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Fornecedores

681

647

687

648

Total

681

647

687

648

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Prólabor e benefícios assistenciais

3.037

2.247

3.037

2.247

Plano de outorga de opção de ações

1.192

1.813

1.192

1.813

Total

4.229

4.060

4.229

4.060

Quantidade de ações preferenciais – classe A

2024

2023

KPTL Agro V Fundo de Investimento em participações multiestratégia

192.343

192.343

Fátima da Silva Marques

18.751

18.751

Paulo Eric Haegler

14.063

14.063

Pedro Paulo Elejalde de Campos

14.063

14.063

Oliver Marie Louis Elie Murguet

28.126

28.126

Total

267.346

267.346

Quantidade de ações preferenciais – classe B

2024

2023

Paulo Eric Haegler

7.563

7.563

Fundo de Investimento em Participações Multi Estratégia Inovabur I

574.809

574.809

Oliver Marie Louis Elie Murguet

52.805

52.805

KPTL Agro V Fundo de Investimento em participações multiestratégia

37.953

37.953

Fátima da Silva Marques

40.337

40.337

Pedro Paulo Elejalde de Campos

7.563

7.563

Daltro de Campos Borges Filho

25.121

25.121

Heraldo Lafer Piva

15.128

15.128

Henry James Algranti Salomon

10.085

10.085

Ronaldo Galvani Junior

35.293

35.293

Total

806.747

806.747

18.2. Reserva Legal: Do lucro líquido do exercício serão aplicados 5% (cinco por cento) a constituição de reserva legal, a qual não excederá o equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404, se existente, 50% (cinquenta por cento) será destinado para a distribuição de lucros.

18.3. Dividendos: A Agrotools destinará 50% (cinquenta por cento) dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia geral deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício e das reservas de lucros, podendo deliberar pela distribuição de dividendos e pagamento de dividendos proporcional a participação dos acionistas. A Agrotools levantará balanços semestrais e, a critério da Assembleia Geral poderá levantar balanços em períodos menores. A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado nos balanços, observadas as limitações previstas em Lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação de dividendo obrigatório. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve distribuição de dividendos devido aos prejuízos apresentados nesses exercícios.

18.4. Opções de compra de ações: Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opções de compra de ações, com a prerrogativa de serem liquidadas exclusivamente com as suas próprias ações. Todas as ações que foram as 263.369 ações emitidas na 1ª outorga foram destinadas a todos os acionistas da Companhia detentores de ações ordinárias e, portanto, de acordo com as práticas contábeis, a transação envolvendo empregado (ou outra parte) enquanto detentor de instrumento patrimonial da entidade não constitui transação com pagamento baseado em ação. Os planos são mensurados pelo valor justo na data de cada outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utilizou o preço de negociação do último evento de aporte de capital realizado por novos sócios (“sócios investidores”), os quais ocorreram próximo as datas das outorgas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com o término na data em que o acionista adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete o número de títulos patrimoniais que foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa na demonstração do resultado do exercício foi registrada em “despesas gerais e administrativas”. Durante o ano de 2022 foram outorgadas 16.010 ações ordinárias e o total de ações outorgadas até 31 de dezembro de 2022 era 360.545 ações ordinárias, incluindo a 1ª outorga de ações descrita no parágrafo anterior. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou os efeitos das outorgas de ações subsequentes, considerando o efeito pró-rata das outorgas até a data de exercício. Durante o ano de 2023 foram outorgadas 600 ações ordinárias e o total de ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023 era 361.145 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou os efeitos das outorgas de ações subsequentes, considerando o efeito pró-rata das outorgas até a data de exercício. Durante o ano de 2024 não foram outorgadas ações ordinárias e o total de ações outorgadas até 31 de dezembro de 2024 é de 361.145 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou os efeitos das outorgas de ações subsequentes, considerando o efeito pró-rata das outorgas até a data de exercício. A despesa total registrada no resultado do exercício em contrapartida a reserva no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 8.713 e em 2023, R\$ 7.520.

19. Receita líquida

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Serviços Prestados Mercado Nacional

31.503

27.040

31.503

28.959

Serviços Prestados Mercado Externo

11.999

3.043

11.999

3.043

Serviços Prestados – Intercompany (a)

–

504

–

–

(i) ISS

(651)

(610)

(651)

(654)

(ii) PIS

(260)

(250)

(260)

(268)

(iii) Cofins

(1.198)

(1.154)

(1.198)

(1.236)

(iv) Taxa de Plataforma (b)

(222)

–

(222)

–

Total

41.171

28.753

41.171

29.844

Operações finalizadas

Instituição

2024

2023

Data da operação

2024

2023

Moeda

2024

2023

Montante fixado USD

2024

2023

Taxa liquidada

2024

2023

Ganho/(perda) R\$

2024

2023

NDF

Banco Itaú

Jun-24

Dez-24

USD – dólar

500

5.424

6,0293

(302)

NDF

Banco Itaú

Jun-24

Dez-24

USD – dólar

400

5,580

6,0400

(184)

Operações em aberto

Instituição

2024

2023

Data da operação

2024

2023

Moeda

2024

2023

Montante fixado USD

2024

2023

Taxa

2024

2023

Ganho/(perda) R\$

2024

2023

NDF

Banco Itaú

Jul-24

Jan-25

USD – dólar

500

5,7325

6,9197

(230)

24. Imposto de renda e contribuição social corrente – a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

IRPJ/CSLL apurados pelo regime do lucro real anual

(4.484)

(4.484)

LAIR

34%

34%

Alíquota IR/CS

1.525

1.525

Equivalência patrimonial

22

–

Outorga de ações

442

442

Tributos diferidos ativos não constituídos sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores

(862)

(862)

Tributos diferidos ativos diferido não reconhecidos sob prejuízos fiscal

–

22

Tributos diferidos ativos não constituídos sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores

(1.315)

(1.315)

Outros

79

79

Total

(1.634)

(1.634)

Resultado IRPJ/CSLL

3.159

3.159

A Companhia registrou tributos diferidos ativos no valor de R\$3.159, líquidos dos tributos diferidos passivos, considerando a expectativa de lucros tributários futuros serão gerados em magnitude suficiente para sua utilização.

b) Composição dos tributos diferidos ativos e passivos

2024

2023

Varição cambial líquido

3.651

–

Derivativos

78

–

Provisão de receita

90

–

Outros

(5)

–

Total de IR e CS diferidos, líquidos

3.159

–

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – a) Gestão de risco financeiro: As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. b) Gestão capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. c) Valores de mercado: O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não possui

... continuação			
Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.			
O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros:			
Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros	Análise de vencimento das obrigações	Diversificação das instituições financeiras
	derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Relacionamento com instituições	Monitoramento dos limites de crédito/ratings
			Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito
Risco de exposição cambial	Caixa e recebíveis em dólar	Fluxo de caixa em dólar	Instrumentos de proteção
Lucas Carvalho Tuffi Isak – Administrador Luciano Rocha Saporito – Diretor Financeiro Hogim Athie Gebara – Contador CRC/SP nº 1SP 149.730/O-0			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas			
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e sua controlada (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. e da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos</p> <p>de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico</p> <p>CPC PME – “Contabilidade para: Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a <p>auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São José dos Campos, 31 de março de 2025.</p> <p>PricewaterhouseCoopers Auditor Independente Ltda. CRC 2SP 027.656/F-9 José Nestor Gava Filho Contador CRC 1SP 248.379/O-7.</p>			

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

em outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027; **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** **Divulgações:** Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e ainda não avaliou os potenciais impactos que possam advir das respectivas adoções. **Reforma tributária brasileira:** A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envolver todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluíram investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **Reforma tributária internacional:** Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre o renda decorrentes de legislações internacionais promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. O Grupo não adotou essas emendas, tendo em vista que a receita consolidada não está acima do limite mínimo de 750.000 de euros. Importante frisar que o Grupo conta atualmente com o apoio de especialistas tributários para auxiliá-lo na aplicação da referida legislação e estimar o impacto de sua aplicação. **2.14. Reclassificações na demonstração do fluxo de caixa:** A fim de aprimorar a apresentação ao usuário a administração da Companhia efetuou algumas reclassificações de saldos apresentados a fim de melhorar a comparabilidade das informações entre os anos. Cabe ressaltar que as reclassificações não alteram os números anteriormente apresentados e não possuem efeitos materiais na demonstração. **3. Uso de estimativas –** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. Os principais aspectos sujeitos a estimativas são os seguintes: **(a) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.5 e nº 8, a Administração da Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no fim de cada exercício. **(b) Avaliação da recuperação de ativos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências sejam identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no

continuação

Brasceras S/A Indústria e Comércio

resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que esta não tenha sido registrada. (c) **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. (d) **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico e o lucro tributável futuro projetado

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa		14	25	14	25
Bancos		14.512	27.178	14.550	27.544
CDB Itaú (i)		9.779	22.100	9.779	22.100
Total		24.305	49.303	24.343	49.669

(i) Trata-se de aplicação de renda fixa referenciado pelo DI, sendo dessa forma sua rentabilidade próxima ao CDI (100% CDI), com liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Clientes Nacionais		37.547	39.711	37.547	39.790
Clientes Estrangeiros		11.117	3.168	11.117	3.168
Clientes partes relacionadas		896	900	532	532
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)		(2.474)	(1.662)	(2.474)	(1.662)
Total		47.086	42.117	46.722	41.758

Os vencimentos dos clientes nacionais e estrangeiros são como segue:

		Individual		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Vencidos					
0 a 30 dias				633	633
31 a 60 dias				334	334
61 a 90 dias					
acima 90 dias				934	934
A vencer				46.763	46.763
				48.664	48.664

(i) Durante o ano a companhia registrou R\$ 812 (R\$ 17 em 2023) de complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

6. Impostos a recuperar

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
COFINS não cumulativo		4.802	1.656	4.802	1.656
Habilitação Crédito Pis COFINS		88	88	88	88
Impostos Federais Indeferidos (i)		1.600	1.600	1.600	1.600
PIS não cumulativo		1.068	377	1.068	377
ICMS a recuperar		434	434	434	434
Imposto Renda Retido		700	343	700	343
IPI a recuperar		130	127	130	127
IRPJ e CSLL		122	56	122	56
Total		8.944	4.681	8.944	4.681

(i) Refere-se a créditos a créditos de PIS e COFINS glosados pelo fisco e sobre os quais a Companhia entrou com processo judicial requerendo o crédito.

7. Estoques

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Produtos acabados		11.395	9.640	11.395	9.640
Adiantamento a Fornecedores		2.664	13.232	2.664	13.232
Matérias primas		25.443	7.141	25.443	7.141
Estoque em Elaboração		4.506	4.313	4.506	4.313
Embalagens		706	756	706	756
Estoque em Poder Terceiros		(6)	(6)	(6)	(6)
Total		44.708	35.076	44.708	35.076

Os estoques estão apresentados líquidos de quaisquer custos para vendê-los, e a Administração espera realizá-los na íntegra, em prazo não superior a seis meses.

8. Imobilizado e intangível

		Taxa de depreciação %		Custo		Depreciação	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Máquinas e equipamentos		10%	a 25%	4.862	954	(49)	1.870
Móveis e utensílios		10%	78	2	13	(23)	70
Computadores e periféricos		20%	234	47	21	(83)	219
Veículos e caminhões		20%	a 25%	445	—	—	(140)
Edificações		10%	7.341	20	213	(467)	7.107
Terrenos		0%	628	—	—	—	628
Marcas e Patentes		0%	10	15	—	(3)	12
Softwares		20%	52	—	—	(12)	40
Imobilizado em andamento		0%	1.617	4.306	—	(2.117)	3.806
Direito de uso aluguel		0%	535	21	—	(309)	247
Total			15.802	5.350	(49)	—	(2.082)

		Taxa de depreciação %		Custo		Depreciação	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Máquinas e equipamentos		10%	a 25%	4.862	954	(49)	1.870
Móveis e utensílios		10%	78	2	13	(23)	70
Computadores e periféricos		20%	234	47	21	(83)	219
Veículos e caminhões		20%	a 25%	445	—	—	(140)
Edificações		10%	7.341	20	213	(467)	7.107
Terrenos		0%	628	—	—	—	628
Marcas e Patentes		0%	10	15	—	(3)	12
Softwares		20%	52	—	—	(12)	40
Imobilizado em andamento		0%	1.617	4.306	—	(2.117)	3.806
Direito de uso aluguel		0%	535	21	—	(309)	247
Total			15.802	5.365	(49)	—	(2.097)

(i) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel; dos dois, o menor. (ii) O Grupo possui 31 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis. A esses contratos estão vinculadas provisões para desmantelamento e devolução.

9. Investimentos – Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

		Participação		Participação		Participação		Participação	
		2024		2024		2024		2024	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	
		2024		2023		2024		2023	

... continuação	Brasceras S/A Indústria e Comércio	
<p>de transações de mútuos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados destas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e</p>	<p>emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas,</p>	<p>se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de seu negócio da Companhia e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Barueri, 4 de abril de 2025.</p> <p>Mazars Auditores Independentes – CRC 2SP 023.701/O-8 Daniel Augusto Reis – Contador CRC 1SP 254.522/O-0</p>

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**
✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL **São Paulo**



Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



as demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e c) continua ...

DMCard Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 36.238.874/0001-29

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro 2024 e 2023			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	Explicativa		
Circulante		84.920	137.609
Caixa e equivalentes a caixa	3	3.787	65
Disponibilidades		–	25
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.786	40
Títulos e valores mobiliários		1	–
Ativos vinculados	4.1	81.017	137.298
Caixa Restrito	4.1 a)	5.808	10.592
Direitos creditórios	4.1 b)	75.209	126.706
Outros ativos		116	246
Contas a receber		–	166
Impostos a Recuperar		38	2
Despesas antecipadas		78	78
Não Circulante		73	160
Outros ativos		73	160
Despesas antecipadas		72	150
Ativo fiscal diferido	11.1	1	10
Total do ativo		84.993	137.769
Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		44.355	48.633
Recursos de Debêntures		40.877	48.628
Obrigações por emissão de Debêntures	4.3	40.877	48.628
Outras obrigações		3.478	5
Adiantamento de recebíveis	4.2	3.451	–
Fornecedores		1	–
Impostos a recolher		23	5
Obrigações societárias		–	–
Não Circulante		40.142	88.699
Outras obrigações		2	29
Provisões		2	29
Recursos de Debêntures		40.140	88.670
Obrigações por emissão de Debêntures	4.3	40.140	88.670
Patrimônio líquido	7	496	137
Capital social		100	100
Reserva legal		18	14
Reserva especial		78	78
Reserva de lucros		300	245
Total do passivo e do patrimônio líquido		84.993	137.769
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma for mencionado)

1. Contexto Operacional – A DMCard Securitizadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2019 por meio da assembleia geral de constituição, realizada naquela data e cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 04 de fevereiro de 2020, sob o nº 3530054871-0, e tem como principais atividades a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de títulos e valores mobiliários lastreados em tais ativos, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis, a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE") que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que mantém uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. **Marco legal da securitização:** Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de direitos creditórios para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis (CR) ou outros títulos e valores mobiliários perante investidores, cujo pagamento é primariamente condicionado ao recebimento de recursos dos direitos creditórios e dos demais bens, direitos e garantias que o lastream. Ao criar uma definição conceitual, desprendida de títulos e valores mobiliários específicos, a lei confere maior segurança legislativa, possibilitando que novas regulamentações atinjam de forma ampla e uniforme todos os tipos de securitização, caso sigam o mesmo conceito. De acordo com Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, é requerido registro na CVM, das Companhias Securitizadoras, que pretendem realizar emissão pública de títulos e que não estejam enquadradas no conceito de sociedade de propósito específico ("SPE"). **2. Políticas e Práticas Contábeis – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, e de acordo com o pronunciamento CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. **2.3.1 Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Conforme item 2.4.2.2, item b), os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar no reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição. **2.4. Principais práticas e políticas contábeis materiais:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as principais práticas e políticas, conforme segue: **2.4.1. Caixa e equivalentes a caixa:** São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, representados por numerários em espécie e depósitos bancários de livre movimentação, em moeda nacional ou estrangeira com finalidade de atender compromissos imediatos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em mon-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Capital social	Legal	Reserva Especial	Total do patrimônio líquido
	Explicativa	100	4	21	240
Saldos em 31 de dezembro de 2022		–	–	–	197
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–
Destinação sobre o lucro líquido:		–	10	–	(10)
Reserva legal		–	–	57	(57)
Reserva especial		–	–	78	245
Saldos em 31 de dezembro de 2023		100	14	78	437
Lucro líquido do exercício		–	–	–	82
Destinação sobre o lucro líquido:		–	–	–	–
Reserva legal		–	4	–	(4)
Dividendos mínimos obrigatório		–	–	–	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		100	18	78	300
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		
	Explicativa			Nota	Explicativa
					31/12/2024 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		112	262		
Ajustes por:					
Juros proporcionados sobre debêntures	4.3 c)	15.969	23.384		
Resultado líquido ajustado		16.081	23.646		
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:					
Caixa restrito		4.784	(3.088)		
Direitos creditórios		51.497	3.971		
Contas a receber		166	(166)		
Impostos a recuperar		(36)	11		
Despesas antecipadas		78	78		
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:					
Adiantamento de recebíveis		3.451	(115)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

São passados aos destinatários finais. 2.4.3. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo): O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 no ano. A contribuição social foi apurada com base na alíquota de 9%, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos apurados no período corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no período e exercício, as taxas acima informadas. 2.4.4. Ativos e passivos contingentes e Provisões: Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos não esperados ou passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros e são avaliadas pela Administração em conjunto com assessoria jurídica interna e externa. São reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras quando for considerado provável ou certo a realização e os benefícios econômicos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas ou passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como: Provável: são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial; Possível: divulgações nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e Remoto: não requerem provisão e nem divulgação. 2.4.5. Transações com partes relacionadas: São transferências de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com disposto no CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. 2.4.6. Apuração de resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. 2.4.7. Eventos subsequentes: Correspondem aos eventos significativos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. 2.4.8. Normas emitidas, alterações e interpretações aplicáveis em períodos futuros: A Companhia não identificou impactos das normas contábeis vigentes a partir de 2024 na preparação destas Demonstrações Financeiras. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (Alteração ao CPC26). B. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40). 3. Caixa e Equivalentes a Caixa – O caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto basicamente por depósitos bancários de livre movimentação, conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023		
Disponibilidades	–	25		
Em moeda nacional	–	25		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.786	40		
Aplicações em operações compradas	–	–		
missadas	3.786	40		
Títulos e valores mobiliários	1	–		
Aplicação automática – CDB	1	–		
Total	3.787	65		
4. Instrumentos Financeiros – 4.1. Ativos vinculados: a) Caixa restrito: O caixa restrito é gerido pela Companhia por meio de controles e sistemas internos e em conformidade com a escritura de emissão com apoio do agente fiduciário. A Companhia tem como responsabilidade de verificar, controlar e proteger os direitos dos investidores das Debêntures. A composição do caixa restrito é apresentada a seguir:				
	31/12/2024	31/12/2023	Classificação	Nível de valor Justo
Caixa restrito:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	5.808	10.592	VJR	2
Total	5.808	10.592		
b) Direitos creditórios: Os direitos creditórios são representados pela carteira cedida pela DM Instituição de Pagamento S.A., ajustados de acordo com a escritura de emissão, pelo respectivo Fator de Ponderação dos direitos creditórios inadimplidos em garantia da operação de debêntures sem a aquisição substancial de risco e benefícios por parte da Companhia. A posição dos ativos vinculados cedidos, ajustados pelo Fator de Ponderação e por vencimento está representada abaixo:				
	31/12/2024			
	Valor Bruto	Fator %	Valor Líquido	
A vencer	119.666	100%	119.666	
Vencidos de 1 a 15 dias	8.463	90%	7.616	
Vencidos de 16 a 30 dias	4.180	80%	3.344	
Vencidos de 31 a 60 dias	6.694	50%	3.347	
Vencidos de 61 a 90 dias	5.856	15%	878	
Total	144.859	***	134.852	
	31/12/2023			
	Valor Bruto	Fator %	Valor Líquido	
A vencer	195.127	100%	195.127	
Vencidos de 1 a 15 dias	17.044	90%	15.340	
Vencidos de 16 a 30 dias	5.812	80%	4.650	
Vencidos de 31 a 60 dias	9.657	50%	4.829	
Vencidos de 61 a 90 dias	9.420	15%	1.413	
Total	237.060	***	221.359	
Os riscos e benefícios da operação são de responsabilidade da cedente e, todo fluxo de caixa gerado na Companhia pelos recebimentos da carteira são repassados a DM Instituição de Pagamento S.A. com retenção apenas da margem mínima de garantia requerida				

em contrato para pagamento das Debêntures. Por meio de termos de cessão, a DM Instituição de Pagamento S.A. cede, de forma irrevogável e irrevogável, os direitos creditórios a Companhia. A título de pagamento, a Companhia pagará à cedente o preço de aquisição acordado por meio do recibo de cessão. Até que as Debêntures sejam integralmente resgatadas, é assegurado margem mínima de cessão de 140% (cento e quarenta por cento) sobre os ativos vinculados. A margem mínima é monitorada tempestivamente até que ocorra o resgate integral das Debêntures. A margem mínima de cessão está apresentada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023	Classificação	Nível de valor Justo
Ativos vinculados:	140.660	231.951		
Caixa restrito	5.808	10.592	VJR	
Direitos creditórios – Carteira cedida	134.852	221.359	amortizado	3
Divida:	81.017	137.298		
Debêntures públicas	81.017	137.298	amortizado	2
Margem de cessão apurada	174%	169%		
Margem mínima requerida	140%	140%		
Excesso/(Déficit) de margem	34%	29%		
A composição de garantias das Debêntures é resultante do saldo devedor total faturado e/ou a faturar considerando todos os lançamentos, tais como: compras, tarifas, anuidade, juros, créditos, seguros, estornos e quaisquer valores pertinentes e devidos dos clientes titulares de cartões Private Label. O saldo contábil da carteira em garantia está a valor presente e desconsidera juros e receitas futuras a serem lançadas em futuras. Em caso da margem de cessão apurada for inferior à margem mínima requerida, a Companhia deverá constituir reserva de déficit de lastro, mediante a retenção na conta centralizadora e/ou em investimentos permitidos, de recursos em moeda corrente nacional decorrentes do pagamento dos direitos creditórios vinculados, em montante suficiente para o atendimento da razão mínima de cessão, podendo liberar à DM Instituição de Pagamento S.A. os eventuais valores remanescentes, observada a ordem de alocação de recursos, a título de excesso de lastro e desde que não esteja em curso nenhum evento de vencimento antecipado e/ou evento de aceleração e o agente de garantias deverá comunicar à emissora e à DM Instituição de Pagamento S.A. a respeito do fato, com cópia para o agente fiduciário, informando a respeito da disponibilidade de recursos na reserva de déficit de lastro, para que em até 3 (três) dias úteis da data do envio da referida comunicação, possa realizar a cessão de novos direitos creditórios, nos termos do Contrato de Cessão de Créditos e sem prejuízo do disposto nesta Escritura de Emissão, em quantidade mínima suficiente para a recomposição da Razão Mínima de Cessão, sob pena de caracterização de um Evento de Aceleração. 4.2. Adiantamento de recebíveis: O adiantamento de recebíveis é composto por recebimentos de direitos creditórios não repassados a DM Instituição de Pagamento S.A. que garante em caixa restrito os valores necessários para cumprir a margem mínima de cessão de 140% em garantia das debêntures emitidas e a Quantidade Mínima Mensal (QMM), definida no contrato, para pagamento das despesas relativas à captação de Debêntures, remuneração dos debenturistas e outras despesas. A composição está apresentada abaixo:				

	31/12/2024	31/12/2023		
Adiantamento de recebíveis	3.451	–		
Total	3.451	–		
4.3. Debêntures: a) Composição				
	31/12/2024	31/12/2023	Classificação	Nível de valor Justo
Debêntures públicas	81.017	137.298	amortizado	2
Total	81.017	137.298		
Circulante	40.877	48.628		
Não Circulante	40.140	88.670		
Total	81.017	137.298		
A Companhia realizou emissões de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional para distribuição pública nos termos da Lei nº 6.385, de 17 de dezembro de 1976, e da instrução normativa CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. As emissões totalizam o montante de R\$ 133.006 com prazo de vigência de 80 (oitenta) meses contados da data de emissão de Escritura das Debêntures, conforme abaixo:				

Série	Valor	Data de emissão	Vencimento
1ª Emissão	40.000	28/05/2020	12/2026
1ª Emissão	46.000	25/02/2021	12/2026
1ª Emissão	37.000	12/02/2022	12/2026
1ª Emissão	10.006	13/01/2022	12/2026
Total	133.006		
A Escritura de Emissão das Debêntures públicas possui cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira que obriga a Companhia a calcular índices financeiros e operacionais trimestralmente. Em consonância aos termos do contrato, a Companhia, a título de "emissora", deverá adquirir e vincular à emissão, novos direitos creditórios a cada integralização de Debêntures. Em 28 de maio de 2020, a DM Instituição de Pagamento S.A. ("Cedente") e a Companhia ("Cessionária") firmaram o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avencas, cedendo o valor total do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios descritos nos termos de cessão, pagos mediante depósito bancário. Em 30 de julho de 2024 foi realizado Assembleia Geral de Debenturistas deliberando a inclusão da DM Cartões PL S.A. como fiadora e principal pagadora, solidariamente com a DM Instituição de Pagamento e com os demais fiadores da operação, das obrigações garantidas, bem como na qualidade de cedente. Os termos de cessão estão apresentados conforme abaixo: - Termo de cessão nº 001/2020 emitido em 28 de maio de 2020 no valor de R\$ 34.000; - Termo de cessão nº 002/2020 emitido em 16 de setembro de 2020 no valor de R\$ 14.000. - Termo de cessão nº 003/2021 emitido em 25 de fevereiro de 2021 no valor de R\$ 37.000. - Termo de cessão nº 004/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R\$ 1			

Sijobe Administração de Bens e Participações S.A.										
CNPJ nº 02.085.820/0001-59										
Demonstrações do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31.12.2024 e 2023 - (Em Reais)										
Balanco Patrimonial			Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido							
Ativo	31.12.2024	31.12.2023	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas De Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados				
Circulante	Bancos Conta Movimento	1,00	1,00	Saldo em 31/12/2021	1.922.754,00	4.078.350,78	598.251,52			
Aplicações Financeiras	78.386,93	2.227.486,01	Lucro Acumulado Exercícios Anteriores			598.251,52	(598.251,52)			
Clientes	10.000.000,00	10.000.000,00	Resultado do Exercício 2022	-	-	-	5.640.922,29			
Adiantamento a Fornecedores	-	3.850,00	Dividendos Distribuídos 2022	-	-	-	(8.711.525,62)			
Estoque	23.979.769,72	20.302.970,96	Saldo em 31/12/2022	1.922.754,00	4.676.602,30		(3.070.603,33)			
Outros Créditos	1.787,50	1.886,78	Lucro Exercício Anterior			5.640.922,29	(5.640.922,29)			
Total do Ativo Circulante	34.059.945,15	32.536.194,75	Lucro Distribuído No Exercício Anterior			(8.711.525,62)	8.711.525,62			
Não-Circulante			Resultado Do Exercício	-	-	-	2.665.684,77			
Imobilizado	1.465.760,14	1.465.760,14	Dividendos Distribuídos	-	-	-	(2.418.929,68)			
Investimentos	510.100,00	626.344,50	Saldo em 31/12/2023	1.922.754,00	1.605.998,97		246.755,09			
Total do Ativo Não-Circulante	1.975.860,14	2.092.104,64	Lucro Exercício Anterior			2.665.684,77	(2.665.684,77)			
Total do Ativo	36.035.805,29	34.628.299,39	Lucro Distribuído no Exercício Anterior			(2.418.929,68)	2.418.929,68			
Passivo	31.12.2024	31.12.2023	Resultado Do Exercício	-	-	-	2.743.386,71			
Circulante			Dividendos Distribuídos	-	-	-	(1.578.311,09)			
Fornecedores	2.200,00	2.200,00	Saldo em 31/12/2024	1.922.754,00	1.852.754,06		1.165.075,62			
Outras Contas A Pagar	72.792,31	572.275,59	Demonstrações do resultado do Exercício							
Obrigações Trabalhistas	6.067,58	30.189,31	Descrição	31.12.2024	31.12.2023	Descrição	31.12.2024	31.12.2023		
Obrigações Tributárias	15.442,85	18.055,70	Receitas Brutas	3.726.970,59	5.895.100,25	Outras Receitas Operacionais	1.165.394,81	1.208.549,27		
Tributos Fiscais Diferidos	667.000,00	667.000,00	Deduções	(136.034,43)	(215.171,17)	= Lucro Operacional	3.169.033,61	3.170.004,78		
IRPJ e CSLL a Pagar	105.595,00	179.513,03	= Receita Líquida	3.590.936,16	5.679.929,08	= Lucro Contábil Líquido Antes da				
Total do Passivo Circulante	869.097,74	1.469.233,63	Custos	0,00	(2.541.797,35)	Contribuição Social	3.169.033,61	3.170.004,78		
Não-Circulante			= Lucro Bruto	3.590.936,16	3.138.131,73	Contribuição Social	(119.024,18)	(146.731,77)		
Empréstimos - Partes			Despesas Administrativas	(99.940,21)	(94.564,70)	= Lucro Contábil Líquido Antes do				
Relacionadas	29.690.773,87	28.894.243,27	Despesas Financeiras	(109.571,67)	(105.086,52)	Imposto de Renda	3.050.009,43	3.023.273,01		
Outras Obrigações LP	535.350,00	489.314,43	Despesas Gerais	(1.381.437,73)	(1.173.204,00)	Imposto de Renda	(306.622,72)	(357.588,24)		
Total do Passivo Não-Circulante	30.226.123,87	29.383.557,70	Despesas Tributárias	(138.316,68)	(176.052,26)	= Lucro	2.743.386,71	2.665.684,77		
Patrimônio Líquido			Outras Despesas Operacionais	(38.473,35)	0,00	= Lucro Líquido do Período	2.743.386,71	2.665.684,77		
Capital Social	1.922.754,00	1.922.754,00	Receitas Financeiras	180.442,28	372.231,26	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
Reservas	1.852.754,06	1.605.998,97	Estoques	(3.676.798,76)	(1.809.958,70)	Mútuo Partes Relacionadas	796.530,60	80.000,00		
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.578.311,09)	(2.418.929,68)	Outros Créditos	99,28	(1.886,78)	Distribuição de Lucro	(1.578.311,09)	(2.418.929,68)		
Lucros ou Prejuízos do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77	Investimentos Partes Relacionadas	116.244,50	1.728.317,33	Total Das Aplicações	(1.335.880,81)	(1.717.558,57)		
Total do Patrimônio Líquido	4.940.583,68	3.775.508,06	(3.556.604,98)	(87.378,15)		Variação Líquida do Caixa	(2.149.099,08)	860.748,05		
Total do Passivo	36.035.805,29	34.628.299,39	Aumento (Redução) de Passivos							
Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto			Outras Contas A Pagar							
Atividades Operacionais	31.12.2024	31.12.2023	(499.483,28)		548.014,15	Saldo de Caixa e Equivalentes		2.227.487,01	1.366.738,96	
Resultado do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77	(76.530,88)		89.820,55	No Início do Período				
Itens aue Não Afetam o Caixa			Obrigações Tributárias			Saldo de Caixa e Equivalentes no				
Depreciações e Amortizações	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas e			Final do Período		78.387,93	2.227.487,01	
Superávit (Déficit) do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77	Previdenciárias		(24.121,73)	24.003,98	Variação Líquida Nas			
Redução (Aumento) de Ativos			Outras Obrigações - LP		46.035,57	(40.467,57)	Disponibilidades		(2.149.099,08)	
Adiantamentos A Fornecedores	3.850,00	(3.850,00)	George Alfredo Salem Nastas - Sócio - Administrador		Andre Dalecio Soares - Contador - CRC 1SP314568/O-8					

Tredici Participações S.A.									
CNPJ/MF nº 36.048.324/0001-47									
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)									
Balanco Patrimonial					Demonstração do Resultado do Exercício				
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	31/12/2024	31/12/2023	Notas 31/12/2024 31/12/2023			
Circulante			Circulante			Receita bruta de vendas			
Caixa e equivalentes de caixa	2.205	3.088	Contas a Pagar	2.450.000	-	Venda de mercadorias			
Outros créditos	30.225	10.225	Mutuo	-	78.996	(-) Receita operacional líquida			
Total do circulante	32.430	13.313	Total do circulante	2.450.000	78.996	(-) Custo dos produtos vendidos			
Não circulante			Não circulante			(-) Lucro bruto			
Realizável a longo prazo			Outras contas a pagar	-	-	(-) Despesas operacionais			
Investimentos	36.451.067	39.579.834	Total do não circulante	-	-	Despesa com Clientes			
Total realizável a longo prazo	36.451.067	39.579.834	Patrimônio líquido			Administrativas			
Total do não circulante	36.451.067	39.579.834	Capital social	11.235.001	10.035.001	Despesas tributárias			
Total do ativo	36.483.496	39.593.148	Reserva Legal	2.247.000	2.007.000	Outras Despesas/Receitas Operacionais			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras						(-) Lucro operacional antes do			
1. Contexto operacional – Tredici Participações S.A. sociedade anônima						resultado financeiro			
fechada limitada, com sede social na cidade de Santana de Parnaíba,						(+/-) Resultado não operacional líquido			
estado de São Paulo, na Avenida Oceania, 56, Sala 03 Polo Empresarial,						Outras Receitas não Operacionais			
Bairro Tambore, SP, CEP 06.543-308 A sociedade tem fins lucrativos e						Equivalência patrimonial			
tem por finalidade a industrialização, beneficiamento, montagem ou						Resultado de exercícios anteriores			
accondicionamento de equipamentos de telefonia e informática; montagem						(-) Lucro antes do imposto de			
e integração de placas de circuito impresso e de partes e peças eletrô-						renda e contribuição social			
nicas; a venda, comercialização, locação e manutenção de equipamentos						(-) IRPJ e contribuição social			
de telecomunicações, informática, telefonia, sistemas de redes de dados,						(-) Resultado líquido do exercício			
vídeo conferência, segurança e vigilância de rede de dados; a importação						o lucro tributável líquido. Ambos sob forma de tributação trimestral. m)			
e a exportação de equipamentos de informática e telecomunicações; a						Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são			
prestação de serviços na área de intermediação de planos de serviços						atualizados pelas variações monetárias ou cambiais, conforme aplicável.			
de telefonia móvel; a representação comercial; a prestação de serviços						n) Estimativas contábeis: São utilizadas para a mensuração e reconhe-			
de desenvolvimento de sistemas eletrônicos de processamento de dados						cimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da			
(software), comercialização de sistemas e outros produtos voltados para						Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração			
informática; a licença de uso de software, instalação e manutenção de						experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a			
software e hardware; a prestação de serviços de engenharia e construção						eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos			
de tubulações, e o teleprocessamento. A empresa mantém filiais nas						sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobil-			
cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. 2. Base de preparação						izado; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos			
e apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações						valores dos ativos imobilizados; a provisão para contingências e o valor			
financeiras da Tredici Participações S.A. são de responsabilidade da						justo dos instrumentos financeiros. A Companhia revisa suas estimativas			
Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas						e premissas pelo menos anualmente.			
contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na						4. Caixa e equivalentes de caixa			
Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), posteriores alterações						Bancos			
trazidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos,						2.205			
interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos						2.205			
Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade						31/12/2024			
("CFC"). 3. Práticas contábeis adotadas na elaboração das demons-						31/12/2023			
trações contábeis – a) Apuração do resultado: O resultado das opera-						Outros créditos			
ções é apurado em conformidade com o regime contábil de competência						30.225			
de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas pelo valor						30.225			
bruto, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as						31/12/2024			
mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das						31/12/2023			
receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado						Investimentos			
quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos						Investimentos			
e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a						36.451.067			
Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mer-						36.451.067			
cadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam						Total dos Investimentos			
gerados em favor da Empresa. Uma receita não é reconhecida se há						Despesas operacionais			
uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas						Despesas Administrativa			
de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica						Publicidade			
de receitas/despesas financeiras. A receita líquida é mensurada com						(5.388)			
base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos,						(882)			
abatimentos comerciais e encargos sobre vendas. b) Conversão de						(6.270)			
saldos denominados em moeda estrangeira: b1) Moeda funcional e de						(5.210)			
apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da						(6.270)			
companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das						8. Resultado financeiro			
demonstrações financeiras da Companhia. b2) Transações denomina-						Receitas Financeiras			
das em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denomina-						31/12/2024			
dos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real)						31/12/2023			
usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços						Equivalência patrimonial			
patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses						Receitas Financeiras			
ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da						159			
transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como						22.897.191			
receitas ou despesas financeiras no resultado. c) Instrumentos financeiros:						28.424.954			
Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras,						17			
contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa,						Despesas Financeiras			
empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras						Tarifas bancárias			
dividas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos in-						(21.177)			
icialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam						(21.177)			
reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de						(1.035)			
transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento						9. Instrumentos financeiros e gestão de risco – Ativos e passivos			
inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de						financieiros estão representados no balanço pelos valores de custo e			
acordo com sua respectiva classificação: c1) Instrumentos mantidos até						respectivas apropriações de receitas e despesas. Em 31 de dezembro			
o vencimento: Se a empresa tem a intenção positiva e capacidade de						de 2024, a Empresa não possuía contratos de Swap ou Hedge. A			
manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são clas-						administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias			
sificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até						operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de			
o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método						controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contrata-			
da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor						das versus as vigentes no mercado, verificando em consequência, se o			
recuperável. c2) Instrumentos financeiros ao valor justo através do						ajuste a mercado de suas aplicações financeiras está sendo corretamente			
resultado: Um instrumento é classificado pelo valor justo através do						efetuado pelas instituições administradoras de seus recursos. a) Risco			
resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal						de crédito: As políticas de vendas da Empresa estão subordinadas às			
quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são						políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar			
designados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia						eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.			
esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base						Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de			
em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e geren-						clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito)			
ciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento						e a diversificação das vendas (pulverização do risco). b) Risco de taxa de			
inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados						câmbio: Os resultados da Empresa são suscetíveis a sofrer variações,			
quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do						pois as suas contas a pagar estão substancialmente afetadas pela			
resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhe-						volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar. c) Seguros: A			
cidas no resultado. c3) Outros: Outros instrumentos financeiros não						Empresa mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos			
						operacionais, e com coberturas compatíveis com o seu porte e ope-			
						ração. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras			
						nacionais, por montantes considerados suficientes para a administração			
						para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os			
						riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores			
						de seguros. Conclusão sobre as demonstrações financeiras: Com			
						base nos trabalhos realizados para o exercício de 2024, não temos conhe-			
						cimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações			
						financeiras não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de			
						acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
						A Diretoria			
						José Messias Costa da Silva – Contador CRC 1SP 151.600/O-2			

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81 - NIRE 35.300.028.953

Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **24 de Abril de 2.025, Quinta-Feira, às 10:00 horas, no Hotel Ibis São Paulo Expo**, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2.024. II – Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2.024. III – Outros assuntos. Guarulhos/SP, 27 de Março de 2.025. **Demetrio Augusto Zacharias** – Diretor Presidente. *(08, 09 e 10.04.2025)*

SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 35.300.654.609

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária (a ser realizada de modo exclusivamente digital)

Ficam convocados, pelo Diretor Presidente, os senhores acionistas da **SPE Cristina Energia S.A.** ("Companhia") para se reunir em assembleia geral extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 16 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, nos termos do artigo 124, § 2º A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** a destituição de Bruno de Marques de Moraes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.363.000-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 372.415.078-4, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, do cargo de Diretor Presidente; e **(ii)** a eleição de Sérgio Fonseca, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.996.879-4 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 260.448.748-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04538-133, para o cargo de Diretor Presidente. **Procedimentos para participação: Informações acerca da participação dos acionistas na AGE.** Documentos. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão se cadastrar por meio do e-mail mc.vargas@energo-pro.com, com devendo, para tanto, apresentar à Companhia, (i) em caso de pessoas físicas, cópia do documento de identificação; e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (a) documento de identificação do representante legal do acionista; e (b) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devidamente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGE, a Companhia solicita que os acionistas se cadastrem para participar na AGE e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE. **Participação Remota.** A AGE será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGE até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGE, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados abaixo e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que acessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGE, tendo em mãos documento de identidade. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, incluindo aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte meio: mc.vargas@energo-pro.com. 8 de abril de 2025. **Bruno Marques de Moraes** – Diretor Presidente. *(08, 09 e 10/04/2025)*

Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/ME nº 34.189.633/0001-01 – NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de março de 2025

Data, Horário e Local: 10 de março de 2025, às 08:00 horas, na sede da **Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.**, localizada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, s/nº, Armazéns XII e XVII e Armazém de Sal (F-8), Bairro Docas, CEP 11.013-250 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social, ficando regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** Presidida por Ricardo Luiz Cerqueira e Secretariada por Stella Sampere Squarizi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** A única acionista da Companhia, após análise e discussão da matéria constante na ordem do dia, deliberou por, sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: **(i) Aprovar** a eleição do Sr. **Harro Ricardo Schlorke Burmann**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador de Cédula de Identidade nº 1027286861 SSP/PC RS e inscrito no CPF/ME sob nº 509.463.150-00, com endereço comercial na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor da Companhia, a partir desta data, mediante a assinatura do Termo de Posse constante do **Anexo I** ao presente instrumento, pelo prazo remanescente dos demais membros da Diretoria. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base na aprovação ora deliberada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Ricardo Luiz Cerqueira** – Diretor; **Andre Saleme Hachem** – Diretor; e **Harro Ricardo Schlorke Burmann** – Diretor, todos com mandato unificado até a data de 12 de maio de 2025, podendo ser reeleitos. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. **1. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspende a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Santos, 10 de março de 2025. **Mesa: Ricardo Luiz Cerqueira** – Presidente; **Stella Sampere Squarizi** – Secretária. **Acionista: Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. Fabio Abreu Schettino** – Diretor, **Andre Saleme Hachem** – Diretor, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 126.332/25-3 em 03/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Cooperativa Terenas Energia

CNPJ/MF nº 48.275.784/0001-97 | NIRE 354.002.003-16

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados da Cooperativa Terenas Energia a ser realizada em 22 de abril de 2025

A **Cooperativa Terenas Energia**, sociedade civil sob o regime jurídico de Cooperativa, constituída em 19 de setembro do ano de 2022, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 618, sala 31, Itaim Bibi, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP: 04.530-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 48.275.784/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 354.002.003-16, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Cooperativa"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Carlos Alberto de Carvalho Caselli**, vem convocar todos os Cooperados ("Cooperados"), nos termos do artigo 38 da Lei nº 5.764/71, e do artigo 24 do "Estatuto Social da Cooperativa Terenas Energia" ("Estatuto Social"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados, a ser realizada no dia **22 de abril de 2025, (1) em 1ª (primeira) convocação às 10h00min; (2) não havendo quórum para instalação em primeira convocação, em 2ª (segunda) convocação às 11h00min**, e por fim, **(3) caso também não se atinja o quórum para instalação em segunda convocação, em 3ª (terceira) convocação às 12h00min**, a ser realizada de modo exclusivamente digital, conforme permitido no parágrafo único, Artigo 43-A, da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, por meio de videoconferência, na plataforma "MS Teams" ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** a ratificação da aprovação da participação pela Cooperativa como LICITANTE no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24.572/2024-D/UASG DE ATUAÇÃO Nº 986921 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE-SP, realizado pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande do Estado de São Paulo no dia 07 de abril de 2025 ("Pregão Eletrônico"), conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 04 de abril de 2025; **b)** a autorização expressa para os administradores e/ou representantes legais da Cooperativa, bem como procuradores bastante constituídos nos termos do Estatuto Social da Cooperativa, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias à participação da Cooperativa como LICITANTE no Pregão Eletrônico; e **c)** ratificação dos atos já praticados pelos administradores, representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos relacionados às deliberações anteriores. A Cooperativa ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos Cooperados; em 2ª (segunda) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um da totalidade de Cooperados na data da Convocação; e, em 3ª convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 10 (dez) Cooperados, conforme previsto no artigo 40 da Lei nº 5.764/71 e no artigo 27 do Estatuto Social. Para a aprovação da ordem do dia, serão necessários votos de Cooperados que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Cooperados presentes na Assembleia, conforme previsto no parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 5.764/71 e no parágrafo único do artigo 36 do Estatuto Social. Em conformidade com o previsto na alínea e, do artigo 25 do Estatuto Social, esclarece-se que, o número total de Cooperados, com direito a voto na data da publicação deste edital é de 25.788 (vinte cinco mil, setecentos e oitenta e oito) Cooperados. Para participação na Assembleia, os Cooperados deverão apresentar os seguintes documentos: **(i) Cooperado – Pessoa Física: a)** documento de identidade do Cooperado, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. **(ii) Cooperado – Pessoa Jurídica: a)** estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **b)** documento que comprove os poderes de representação, tais como, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou procuração acompanhada do ato societário que elegeu o signatário da procuração; e **c)** documento de identidade do(s) representante(s) da pessoa jurídica, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. De modo a facilitar os trabalhos na Assembleia, a Cooperativa sugere que os Cooperados que desejem participar da Assembleia, enviem, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail comunicacao@terenasgd.com.br, sendo que, somente serão aceitos documentos recebidos no referido e-mail até 30 (trinta) minutos antes do início de cada convocação. Por fim, a Cooperativa ressalta que, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 42 da Lei nº 5.764/71, "não será permitida a representação por meio de mandatário", de forma que nenhum cooperado poderá ser representado por Procurador no âmbito da presente Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Cooperados que tiverem sua presença verificada, em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente, sendo que a Assembleia será gravada para fins de apuração de votos. A Cooperativa permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Cooperados no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo-SP, 09 de abril de 2025. **Cooperativa Terenas Energia | Carlos Alberto de Carvalho Caselli – Presidente da Cooperativa Terenas Energia.**

Brassinter S.A. Indústria e Comércio

CNPJ 56.994.460/0001-37

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S.A. Indústria e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia 23 de abril de 2025 às 09 hrs na sede social da companhia, Avenida das Nações Unidas, 21344, São Paulo/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: 1º) Relatório da Administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2024; 2º) Eleição da Diretoria; 3º) Fixação de honorários da Diretoria; e 4º) Demais assuntos de interesse da Companhia. Aham-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024. São Paulo, 07 de abril de 2025. **Ary Frederico torres Neto** - Diretor Superintendente. *(09, 10 e 11.04.2025)*

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

